



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO
SEXUAL INFANTO JUVENIL: pesquisa bibliográfica e documental

CLEVERTON DE SOUZA

RAFAELA REZENDE DOS SANTOS

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2022

CLEVERTON DE SOUZA
RAFAELA REZENDE DOS SANTOS

**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO
SEXUAL INFANTO JUVENIL: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E
DOCUMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a PhD. Silmere Alves Santos.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2022

CLEVERTON DE SOUZA
RAFAELA REZENDE DOS SANTOS

**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO
SEXUAL INFANTO JUVENIL: pesquisa bibliográfica e documental**

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a PhD. Silmere Alves Santos (UFS)

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Liliana Aragão de Araújo (UFS)

Primeira Examinadora

Prof.^a M^a. Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos (UFS)

Segunda Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, o senhor sabe o quanto foi difícil concluir essa pesquisa de TCC. Obrigado meu Deus por me sustentar e ajudar a passar pelas adversidades!

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe pelo ensino público de qualidade, meu muito obrigado a todos os funcionários desta instituição, saibam que vocês com a sua prestação de serviço também participaram do meu desenvolvimento ao longo desses anos!

A todos os professores do curso de Serviço Social a minha gratidão pelos ensinamentos, vocês foram essenciais para a minha formação acadêmica e em especial a minha querida orientadora Silmere Alves Santos, não somente pelas suas orientações e dedicação na realização deste trabalho, mas também, pela sua compreensão e palavras de incentivos no momento que mais precisei, por tanto, minha eterna gratidão à senhora Profa. PhD. Silmere Alves Santos!

Agradeço também a todos os amigos que estiveram juntos comigo ao longo do curso, aos que conseguiram concluir e os que por algum motivo não concluíram, meus sinceros agradecimentos, por estarem comigo em situações e momentos difíceis, em bons momentos também (rsrsrs). Meu agradecimento especial à amiga Rafaela Rezende dos Santos, por ter sido minha parceira na realização desta pesquisa de TCC, muito obrigado por está ao meu lado nesse momento importante da vida acadêmica e por todas as suas contribuições para a elaboração do trabalho. Acho que a parceria deu certo né? Não brigamos em momento algum (rsrsrs).

Por fim, dedico este trabalho a minha família que está ao meu lado em todos os momentos. A meus pais Belmira e Heleno por serem o meu modelo a ser seguido e a força que eu procurava para concluir essa jornada, minha esposa Keliane e minha filha Kaylane pelo apoio e compreensão do tempo que dediquei aos estudos, renunciando momentos em família e as minhas irmãs Beliene, Betânia e Simone pelo carinho e a torcida de sempre. OBRIGADO FAMÍLIA, AMO VOCÊS!!!

Clevertton de Souza

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar este texto, agradecendo a Deus, que me deu forças para conseguir chegar até aqui, mesmo passando por muitas turbulências no decorrer deste processo, o Senhor me ajudou e não me deixou desistir.

Agradeço de coração a Universidade Federal de Sergipe, por proporcionar aos seus alunos uma esperança de mudança de vida chamada transferência interna, pois sem essa oportunidade, eu não estaria aqui neste momento concluindo uma graduação que descobri amar desde o primeiro dia de aula. Lembro-me como se fosse hoje, quando tive esse privilégio de mudar de curso e quase concluindo minha primeira graduação, decidi abrir mão dos meus quase 80% e com muito medo de recomeçar uma nova escolha de rumo para minha vida, resolvi arriscar e não me arrependerei nunca de ter tomado essa decisão.

Agradeço a cada um dos professores que contribuíram no decorrer deste processo, com seus ensinamentos, conselhos e exemplos de vida passados em cada aula. Agradeço a minha querida professora Dra. Silmere Alves Santos por tudo. Não tenho palavras para descrever o quanto à senhora contribuiu para que hoje esse ciclo fosse completo. Agradeço-te imensamente e para sempre.

Agradeço ao meu professor Fábio da Rocha por todo apoio e ensinamentos passados no decorrer destes longos anos de amizade. Agradeço também ao meu amigo Cleverton de Souza, que foi minha dupla neste processo, onde se tornou peça chave para conclusão desse trabalho. A cada um de vocês meu muito obrigado.

Além de agradecer, quero dedicar este trabalho aos meus pais, José Serafim e Maria Bernadete, minha mãe, que sempre esteve ao meu lado em cada processo da minha vida, ao meu companheiro Genisson Santos, que se fez presente em cada etapa nessa jornada, onde me ajudou, apoiou em tudo e não me deixou desistir. A minha sobrinha, Estéffany que me incentivou no decorrer deste processo. Agradeço aos meus avós, Maria Augusta e João Rezende (*in memoriam*), pelos seus exemplos de amor, de luta e de força de vontade. Amo cada um de vocês, que Deus abençoe a todos. Saibam que todos vocês estarão sempre comigo.

Rafaela Rezende Dos Santos

E VAMOS À LUTA

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão*

*Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

*Aquele que sabe que é negro o couro da gente
E segura a batida da vida o ano inteiro
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro
E apesar dos pesares, ainda se orgulha d ser brasileiro*

*Aquele que sai da batalha entra no botequim
Pede uma cervo gelada e agita na mesa uma batucada
Aquele que manda o pagode e sacode a poeira suada da luta
E faz a brincadeira, pois o resto é besteira
E nós estamos pelaí...*

*Acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão*

*Aquele que sabe que é negro o coro da gente
Que segura a batida da vida o ano inteiro
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro
E apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro*

*Aquele que sai da batalha entra no botequim
Pede uma cervo gelada e agita na mesa logo uma batucada
Aquele que manda o pagode e sacode a poeira suada da luta
E faz a brincadeira, pois o resto é besteira
E nós estamos pelaí...*

Eu acredito é na rapaziada.

Gonzaguinha!

“O momento em que vivemos é pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

Marilda Yamamoto

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”.

Maria Lúcia Martinelli

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta a Atuação do Serviço Social no enfrentamento ao Abuso Sexual contra as Crianças e Adolescentes, demonstrando o aspecto histórico do Serviço Social Brasileiro, contemporâneo e suas dimensões, citando o Código de Ética da profissão, trazendo um breve histórico sobre o ECA, que teve como marco a implantação da proteção integral. No decorrer do trabalho, foram apresentados os órgãos que se articulam dentro da Rede de Proteção Socioassistencial, que possibilitam aos usuários dependentes desse segmento a proteção social, com o intuito de garantir o acesso aos seus direitos. O trabalho é fruto da Pesquisa Bibliográfica e Documental, que tem como foco, demonstrar a atuação do Assistente Social no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. O abuso sexual infanto juvenil é um tipo de violência resultante das relações sociais, sendo ela, uma questão histórica, que existe desde os primórdios da sociedade até a atualidade. Acredita-se que a pesquisa contribua para compreensão de como os assistentes sociais possam atuar na intervenção dos casos de abuso sexual infanto juvenil e a obterem uma compreensão das dificuldades e barreiras para a prática profissional diante dos contratempos apresentados em sua atualidade.

Palavras chaves: Abuso sexual. Serviço Social. Infanto Juvenil. Proteção Integral.

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión del Curso presenta el papel de la Actuación Social en la lucha contra el Abuso Sexual contra Niños y Adolescentes, demostrando el aspecto histórico del Trabajo Social brasileño contemporáneo y sus dimensiones, citando el Código de Ética de la profesión, trayendo una breve historia sobre la ECA, cuyo hito fue la implementación de la protección integral. En el transcurso del trabajo fueron presentados los órganos que se articulan dentro de la Red de Protección Asistencial Social, que permiten la protección social a los usuarios dependientes de este segmento, con el fin de garantizar el acceso a sus derechos. El trabajo es resultado de una Investigación Bibliográfica y Documental, que se enfoca en demostrar el papel del Trabajador Social en el abordaje del abuso sexual contra niños y adolescentes. El abuso sexual infantil es un tipo de violencia resultante de las relaciones sociales, siendo un tema histórico, que existe desde los inicios de la sociedad hasta nuestros días. Se cree que la investigación contribuye a la comprensión de cómo los trabajadores sociales pueden actuar en la intervención de los casos de abuso sexual infantil y obtener una comprensión de las dificultades y barreras para el ejercicio profesional frente a los reveses presentados en su tiempo presente.

Palabras clave: Abuso sexual. Actuación Social. Niñez y Adolescencia. Protección Integral.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS	Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DE	Depoimento especial
DSD	Depoimento sem Dano
ECA	Estatuto da criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NOB	Norma Operacional Básica
NOB-RH	Norma operacional Básica de Recursos Humanos
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SE	Sergipe
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O OBJETO E O PROJETO DE PESQUISA	16
2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: fundamentação teórica	26
2.1 Aspectos históricos do Serviço Social brasileiro	26
2.2 Serviço Social Contemporâneo	29
3 TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	37
3.1 A dimensão teórico-metodológica do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente	39
3.2 A dimensão ético-política do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente	40
3.3 A dimensão técnico-operativa do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente: PNAS, SUAS, REDE	42
3.3.1 <i>A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS</i>	42
3.3.2 <i>Rede de Proteção Socioassistencial</i>	46
4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	48
4.1 A origem e características da violência através do abuso sexual contra crianças e adolescentes	48
4.2 A atuação e condições de trabalho do profissional do Serviço Social diante dos casos de abuso sexual: o depoimento sem dano	52
4.3 Redes de atuação, apoio e proteção das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual..	57
4.4 Poder familiar, família patriarcal e o poder do macho	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APENDICES	74

INTRODUÇÃO

Sabemos que o Serviço social atua na intervenção das questões sociais, sendo fruto de diversas desigualdades sociais de uma sociedade capitalista, por tanto, é de suma importância saber como se realiza esse tipo de intervenção pelos profissionais de serviço social no segmento do abuso sexual infanto juvenil, que afeta diretamente na formação da vida das vítimas. Como o serviço social é uma profissão intervencionista e atua na defesa dos direitos sociais, seguimos com o propósito deste estudo, tendo como foco a atuação do serviço social no enfrentamento ao abuso sexual infanto juvenil. Devemos destacar que mesmo existindo as políticas de proteção às crianças e adolescentes, os casos de abuso sexual infantil presentes na sociedade continuam altos e crescentes na atualidade.

Diante dos estudos realizados sobre a atuação dos assistentes sociais referente ao tema abuso sexual infanto juvenil, nos causou o interesse em realizar um estudo bibliográfico e documental sobre a prática do profissional de Serviço Social que atuam nesse segmento. Este trabalho tem como objetivo geral: Analisar o trabalho do assistente social no enfrentamento à violência através do abuso sexual contra crianças e Adolescentes e como objetivos específicos: 1- Analisar a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Ética Profissional como se direciona o compromisso profissional do Serviço Social, ratificando desta forma a dimensão ético política do trabalho profissional e a fundamentação a partir da proteção integral, 2- Compreender a Política de Assistência Social, na particularidade dos serviços de alta complexidade e dos equipamentos sociais direcionados para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e, considerando ainda a dimensão técnico-operativa, referendar categorias como instrumentalidade e mediação, 3- Demonstrar como se articula a rede de proteção socioassistencial no enfrentamento a abusos sexuais contra crianças e adolescentes (judiciário, conselho tutelar, movimentos sociais, observatório social, sociedade civil organizada), 4- Analisar os fundamentos teórico-metodológico relacionados ao objeto do serviço social enquanto expressões da questão social e a relações sociais e relações de poder no abuso sexual de crianças e adolescentes.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, no primeiro apresenta-se o objeto e o projeto de pesquisa, que vai demonstrar que o abuso sexual infanto juvenil, acontece quando uma pessoa através da força e da relação de poder sobre a vítima obriga a pratica de teor sexual, através da tentativa de estupro e carícias indesejadas. Foram apresentados dados de

denúncias sobre o abuso sexual infanto juvenil, presentes no disque Direitos Humanos (disque 100), que demonstraram registros de violação de direitos contra crianças e adolescentes. Destacamos também sobre a temática do ECA que vem afirmar que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, passando a serem universalmente protegidos pelo estado, família e sociedade.

No segundo capítulo, apresenta-se um breve histórico da profissão do Assistente Social, norteando os marcos principais que romperam com o conservadorismo da profissão. O Serviço Social é uma profissão interventiva, que teve seu surgimento na década de 1930 articulada ao contexto histórico do país na sua época, sendo ela, norteada pelo código de ética e pela lei de regulamentação, utilizando sempre de instrumentos adequados para o enfrentamento das demandas sociais existentes no seu campo de atuação, tendo uma postura crítica de sua realidade. Segundo Iamamoto (2012), é uma especialização do trabalho coletivo que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho que se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, tendo em sua base de fundação a questão social e suas várias expressões, que são resultado das desigualdades sociais da sociedade capitalista, a questão social expressa desigualdades econômicas políticas e culturais. Neste capítulo, destacamos também o Serviço Social contemporâneo que está inscrito na divisão social e técnica do trabalho, sendo ela, uma profissão articulada pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político.

No terceiro capítulo, descrevemos o trabalho do Serviço Social no enfrentamento ao abuso sexual infanto juvenil, através da dimensão investigativa, teórico-metodológica, ético-política, pedagógica/socioeducativa, que se articulam a política Nacional de Assistência Social, o SUAS e a Rede de Proteção Socioassistencial.

No quarto e último capítulo, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o tema Abuso sexual contra crianças e adolescentes, para compreendermos a sua origem e características, a atuação e condições de trabalho do profissional do Serviço Social frente dos casos de abuso sexual, destacando o depoimento sem dano, as Redes de atuação, apoio e proteção das vítimas de abuso sexual e por fim, demonstramos a influência do poder familiar, família patriarcal, o poder do macho e aos fatores que possam levar a sua superação.

Concluimos o trabalho apresentando as considerações que constam na pesquisa, destacando as hipóteses abordadas se foram provadas ou contestadas, se os objetivos foram atingidos e se o método escolhido foi satisfatório para obtenção dos dados coletados.

Este trabalho tem a finalidade de despertar a curiosidade dos profissionais e alunos de graduação do Serviço social, da equipe multidisciplinar que atua nesse segmento e ao público

em geral que possuam interesse em realizar futuras pesquisas que possam enriquecer as ações em defesa da garantia dos direitos das crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual.

1 O OBJETO E O PROJETO DE PESQUISA

O abuso sexual infanto-juvenil é assunto que choca toda sociedade e está presente em nosso cotidiano. Diariamente, podemos presenciar várias notícias que nos mostram que muitas crianças e adolescentes são abusados (as), por algum adulto, podendo ser do sexo masculino ou feminino, ou até mesmo um adolescente mais velho, que buscam satisfazer seus próprios desejos sexuais. Esse tipo de violência acontece quando uma pessoa através da força e sua relação de poder sobre a vítima obriga a prática de teor sexual, através da tentativa de estupro e carícias indesejadas. Na maioria das vezes, o abuso sexual infanto-juvenil acontece por uma pessoa que a criança conhece muito bem. Segundo Azevedo e Guerra (2000) “85% a 90% dos agressores são pessoas conhecidas, 30% são pais e 60% são pessoas conhecidas da vítima e de sua família”. Podendo ser realizado por um membro do seu grupo familiar, um pai, um irmão, um padrasto, um tio, pessoas do convívio da vítima no ambiente familiar, um vizinho, ou, até mesmo, um estranho qualquer. Nos dias atuais o número de casos de abuso sexual infanto-juvenil tem aumentado drasticamente.

Segundo os dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100), somente no ano de 2019 foram registradas 86.837 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes e dentre elas, 9.552 denúncias de violência sexual. E o que ainda é mais preocupante é que a maioria dos casos acontecem no âmbito familiar, onde as crianças e os adolescentes deveriam se sentir protegidos e seguros. Os dados de 2019 do Disque 100 apontam que 73% (setenta e três por cento) dos casos ocorridos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontecem na casa da própria vítima ou do suspeito.

Conseqüentemente, o abuso sexual infanto-juvenil ocorre no âmbito intrafamiliar, quando o agressor está ligado à vítima por laços de consanguinidade, legalidade ou afinidade. Quando ocorre no âmbito extrafamiliar, o agressor é uma pessoa conhecida ou desconhecida, como um vizinho, um amigo da família, um desconhecido nas ruas do bairro etc.

Considerando a intervenção do Estado diante das questões que envolvem crianças e adolescente, historicamente, é possível demarcar, por exemplo, em 1927 foi decretado o primeiro documento direcionado para as crianças e adolescentes, que foi o Código de Menores com um caráter assistencialista e controlador, que intervia sobre a população pobre. Era um Código de controle social, onde o Estado corrigia as crianças e adolescentes abandonadas, inserindo em instituições para serem corrigidas, era uma doutrina de situação

irregular. Quanto à assistência, em 1942 o Ministério da Justiça criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), mas que em 1964 vem a ser desfeita devido aos atos desumanos, violentos que eram praticados e substituídos pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), uma entidade voltada para o controle social, para educar os jovens infratores e abandonados.

A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões importantes até os dias de hoje. A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

O atendimento institucional sofreu mudanças significativas na história recente, particularmente no período que sucedeu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). (RIZZINI, 2004, p. 13).

Em 13 de Julho de 1990, após amplos debates comandados pelos movimentos sociais, pessoas da sociedade civil e instituições que buscavam reafirmar o lugar de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, foi publicada a Lei Federal n. 8069/1990, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sendo apontada como a regulamentação mais avançada sobre as crianças e adolescentes, juntamente com a Constituição Federal de 1988 que reconhecem como sujeitos de direitos às crianças e adolescentes:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 2010, p. 12)

A definição de criança para o ECA são pessoas até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquelas entre 12 e 18 anos de idade. Através de uma carta de direitos fundamentais para a infância e a juventude e seus 267 artigos o ECA implantou a proteção integral.

Os anos 1990 foram marcados pelo esforço de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada: o abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a

internação de adolescentes em instituições, como uma medida socioeducativa de privação de liberdade. Em ambos os casos, a lei buscará prever mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente. (RIZZINI, 2004, p. 48)

Entre várias questões promovidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente podemos destacar o surgimento de importantes instituições: Juizados da Infância e da Juventude, Delegacias Especializadas, Núcleos Especializados no Ministério Público, Defensoria Pública e o Conselho Tutelar que é encarregado de trabalhar fiscalizando e zelando pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, quando essas têm os seus direitos violados é o Conselho Tutelar que realiza o primeiro atendimento. A criação dessas instituições vem fortalecer o que nos diz o (art. 5º do ECA), que:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” podendo vir a ser punida na forma da lei qualquer que seja a violação causada, ação ou omissão. A defesa pelos direitos das crianças e adolescentes deve ser uma luta contínua, pois a cada mudança de conjuntura do país novos desafios aparecem para serem vencidos. (BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

A violência sexual acontece em diversas formas na vida da criança e do adolescente quando o menor descumpre alguma ordem familiar, ou também pode ser justificada como consequência da reprodução social familiar, onde na maioria dos casos, os agressores por serem pais, parentes, amigos ou autoridades das crianças e dos adolescentes, acham que podem penalizá-los da forma que bem entenderem, com algum tipo de violência, que pode ser de forma física, verbal ou sexual.

Diante desse cenário, se faz necessário compreender de que forma o/a Assistente Social atuará mediante esse tipo de demanda, a fim de lhes mostrar o acesso às formas de garantir os direitos, visando à proteção social que lhes é de direito e em comum acordo com o que preceitua a proteção integral defendida no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo Yamamoto (2007):

[...] o significado do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, que é parte da divisão social e técnica do trabalho, uma vez que é expressão das necessidades sociais oriundas da organização social e histórica da sociedade, que perpassa relações entre classes sociais, no ato de produção e reprodução da vida por meio do trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p, 101).

Segundo as Diretrizes Curriculares, os cursos de graduação em serviço social devem ser regidos como base de formação teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa. O

(A) profissional de serviço social deverá descrever o movimento histórico presente na sociedade, compreendendo suas particularidades, aprofundando sobre o papel da profissão, buscando identificar as necessidades da sociedade e desenvolver respostas para o enfrentamento dos problemas sociais e se redescobrir em novas habilidades.

As Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS – após ampla interlocução com a categoria profissional – implicam numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2014, p. 02-03)

É conveniente que o (a) Assistente Social por meio de suas atribuições, no momento oportuno, por meio das abordagens teórico-metodológico, técnica-operativo e ético-política, que a atuação do (a) Assistente Social, deverá visar o enfrentamento de qualquer tipo de violação de direitos e ao atender os (as) usuários (as) deverá estar treinado (a) para atuar dentro dos parâmetros teóricos, a fim de observar a realidade de forma mais abrangente.

Sabemos que o Serviço Social é uma profissão que atua na intervenção de diversas expressões da questão social e o/a Assistente Social é um/a profissional devidamente capacitado para atuar em diversas formas de desdobramentos da questão social, tendo uma devida compreensão da realidade social, ético-profissional e técnica para utilizar os instrumentos eficazes para reconhecer e intervir perante em todas as formas de classes sociais, atuando a serviço do poder público, a fim de implantar políticas públicas eficazes.

Entretanto, é necessário destacar que o projeto ético político é o marco principal da profissão. Ele teve como seu surgimento no período em que aconteceram transformações econômicas e políticas marcadas pelo Neoliberalismo. Esse processo foi marcado por diversas lutas em prol da democracia, o processo de ruptura com o Serviço Social conservador, o projeto ético político é fundamentado pela Lei 8.662, de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social.

O Projeto Ético-Político Profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social-brasileiro. Tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio históricas que circunscrevem o trabalho do assistente

social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto. (CFESS, 2012, p.44-45).

Na particularidade do objeto desta pesquisa, ou seja, abuso sexual de crianças e adolescentes, dados presentes no UNICEF, informam que a cada hora, cinco crianças ou adolescentes são vítimas de abusos sexuais no Brasil, são levantamentos feitos através dos Boletins de Ocorrências registrados no período entre os anos de 2017 a 2020 em todo o país. Nesses quatro anos 180 mil crianças e adolescentes foram vítimas de abuso sexual, uma média de 45.000 (quarenta e cinco mil) crianças ou adolescentes vítimas de estupro por ano, segundo dados presentes no Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil, publicado pela UNICEF no ano de 2021. Esses índices estão bastantes elevados e acabam nos deixando bastante preocupados. Fato é que: em pleno Século XXI, diariamente ainda nos deparamos com inúmeras situações de abusos sexuais contra crianças e adolescentes que nos deixam perplexos.

Nesse sentido, a pesquisa questiona, considerando que o serviço social atua nas expressões da questão sociais, como na dimensão teórico-metodológica, abordar a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes? Seria suficiente articularmos as expressões da questão social com as características das relações sociais, enquanto objeto do serviço social? Em quais equipamentos sociais o (a) assistente social trabalha, diretamente, com crianças em situação de abuso sexual? Quais são os instrumentos de intervenção que os profissionais de serviço social podem utilizar frente a esse tipo de violência sexual? Como se articula a rede de proteção Socioassistencial que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual?

Enquanto hipótese orientadora defende-se que a instrução para a proteção das crianças deve começar dentro do ambiente familiar, nas escolas, como também na comunidade em que elas convivem e, nesse sentido, as escolas desenvolvem um papel muito importante. Os casos de violência sexual infantil estão presentes em todos os tipos de classes sociais, em suas diversas formas, onde trazem prejuízos para o desenvolvimento da criança e do adolescente em todas as áreas de sua vida, onde acabam apresentando diversos transtornos afetivos que os prejudicam em toda sua fase de desenvolvimento.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é demonstrada através de uma questão histórica e cultural, fruto das consequências das relações sociais, presente na sociedade desde o seu surgimento. Precisamos entender que a violência sexual não acontece especificamente em uma classe social apenas, ela está presente em todos os tipos de sociedade, sejam ricos ou pobres. E muitas vezes ela acontece através da dominação de um

indivíduo que se sente superior à criança, que por ser representante familiar ou algum amigo próximo inserido em seu grupo familiar, acha que possui o direito de fazer o que quiser, a fim de punir a criança ou adolescente ou de satisfazer seus desejos pessoais, através de sua relação de poder.

Relação de poder que envolve o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais, como também estupro, incesto, sexo forçado, assédio. Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. (AZEVEDO e GUERRA, 2005, p. 16).

Nos termos de Guerra (2000, p.4), cabe ao(a) assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço Sócio Ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Ainda para a autora, a clareza acerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais.

Consequentemente, a pesquisa apresentou como objetivo geral:

- Analisar o trabalho do assistente social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescente.

E como objetivos específicos:

- Analisar a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Ética Profissional como se direciona o compromisso profissional do Serviço Social, ratificando desta forma a dimensão ético política do trabalho profissional e a fundamentação a partir da proteção integral;
- Compreender a Política de Assistência Social, na particularidade dos serviços de alta complexidade e dos equipamentos sociais direcionados para o atendimento de

crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e, considerando ainda a dimensão técnico-operativa, referendar categorias como instrumentalidade e mediação;

- Demonstrar como se articula a rede de proteção Socioassistencial no enfrentamento a abusos sexuais contra crianças e adolescentes (judiciário, ministério público, conselho tutelar, movimentos sociais, observatório social, Sistema Único de Saúde (SUS), sociedade civil organizada);
- Analisar os fundamentos teórico-metodológico, relacionados ao objeto do serviço social enquanto expressões da questão social e a relações sociais e relações de poder no abuso sexual de crianças e adolescentes.

Levando em consideração que o abuso sexual infanto juvenil é um fenômeno que choca toda sociedade e está em nosso cotidiano, esse trabalho justifica-se devido ao alto índice de crianças e adolescentes abusadas por um adulto ou um adolescente mais velho. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, Disque 100, somente no ano de 2019 foram 86.837 ligações denunciando tipos de violências e entre elas foram 9.552 (10,9%) ligações associada ao abuso sexual infanto juvenil. Os problemas relacionados ao abuso sexual são muito mais preocupantes ao analisarmos que a maioria dos casos acontece no âmbito familiar, onde elas deveriam se sentir protegidos e seguros.

Dessa forma, no tocante ao objeto de estudos, podemos ressaltar a relevância desse trabalho para o profissional do Serviço Social, que trabalha inserido na assistência social, no judiciário, no atendimento de saúde e saúde mental, dentro da convivência familiar e comunitária, lutando para que sejam assegurados os direitos fundamentais da proteção social e integral.

Diante destas questões, o (a) Assistente Social está inserido (a) em uma realidade profunda e controversa, tendo que identificar nas suas ações, soluções para um comportamento mais característico do cotidiano, do que daquele constituído historicamente, elaborando inúmeros limites e incômodos para atuar envolvido com os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo". (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

E nesse sentido, defende-se a investigação enquanto dimensão constitutiva do trabalho profissional do Serviço social, um papel fundamental para decifrar a realidade e dar visibilidade às formas de resistências para enfrentamento das expressões da questão social e de relações sociais características dos diversos processos de exploração, dominação e opressão, no caso deste estudo, direcionados a crianças e adolescentes.

Nos termos de Fraga (2010), historicamente, o Serviço Social é uma profissão essencialmente interventiva. Portanto, caracterizado como uma profissão de intervenção na realidade social, e o/a Assistente Social seria o/a profissional imerso no pragmatismo, habilitados para intervir nas diferentes manifestações da questão social. Entretanto, o exercício profissional exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmático, sem intencionalidade e clareza de finalidade.

Já nos termos de Iamamoto (1980) profissionais que tenha competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ou “o que fazer” e, este ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Consequentemente, esse trabalho pretende contribuir com a sociedade sobre a importância de mais diálogos sobre o tema, seja dentro do âmbito familiar, escolar ou na comunidade, a fim de orientar as vítimas de abuso sexual infanto juvenil, os familiares e a sociedade em geral, que a população se sinta segura para procurar pelos serviços ofertados, tendo assegurado o sigilo, a defesa da dignidade da pessoa humana e a intransigência a processos de revitimização.

Epistemologicamente, a pesquisa adota o método materialista histórico dialético, proposto por Karl Marx. Trata-se de um método de análise da interpretação da realidade histórica, que busca explicar como a humanidade viveu ao longo da história. É importante destacar que o materialismo histórico dialético pertence ao conjunto de teorias que tem por finalidade a compreensão das relações sociais.

A dialética nada mais é do que o conjunto de relações existentes entre o ambiente, os organismos, os fenômenos, os seres humanos, a sociedade, a cultura, e os reflexos dessas relações. Sendo assim, entendemos que o movimento natural da história, não é definitivo. De acordo com Barroco (2008), buscou-se incorporar a dialética na realidade social para que se pudesse compreender o ser social em seu processo histórico e materialista, tendo centralidade, nas relações sociais e na categoria trabalho. A história é pautada de transformações, que são direcionadas pelas ações humanas, que refletem o movimento, que geram as contradições que

existem na sociedade. E esse movimento entre os contrários propicia o processo de desenvolvimento. Diante disso, é importante ressaltar que:

Contudo, pelo materialismo histórico e dialético, o processo de conhecimento se volta para uma análise histórica do mesmo. Torna-se relevante considerar as mudanças históricas sociais, econômicas, políticas e culturais, pois, numa compreensão dialética nada é estático, as coisas estão em permanente transformação. Assim, o materialismo histórico de Marx procura analisar e entender as transformações societárias através de um método dialético inseparável deste. (MACHADO, 2018, p.03)

Inicialmente, em conformidade com os caminhos transitados para elaboração do trabalho esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória. Com base em Selltiz et al, 1967, p.63 apud Gil, 2002, p. 41: “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão”. Esta pesquisa foi realizada através da revisão de literatura, incluindo autores como Yamamoto (2011), Netto, (2000, 2001, 2003, 2005, 2007, 2011), Guerra (1995, 2000, 2001, 2005, 2007, 2011), Faleiros (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2010, 2011 e 2013), para estudo sobre o tema abordado.

Quanto à abordagem, se trata de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois o estudo em um certo momento faz uma análise quantitativa dos dados e em um outro momento de uma forma mais subjetiva (qualitativa). O procedimento quali-quantitativo pode engrandecer o estudo de uma pesquisa científica. “É o que confirma Minayo (1997) que: numa pesquisa científica, os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais”.

Mediante inúmeros estudos realizados acerca do papel dos Assistentes Sociais sobre referido tema, (situada na tabela, localizada nos apêndices desse trabalho), nos despertou um profundo interesse em executar este trabalho para conhecer o referencial teórico já produzido a respeito das experiências adquiridas pelos (as) assistentes sociais em sua área de atuação no enfrentamento ao abuso sexual infanto juvenil. É justamente o que nos diz Fonseca (2002) sobre a pesquisa bibliográfica: “que é feita a partir do levantamento de referenciais teóricos já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Diante disso, quanto ao procedimento técnico, a pesquisa é classificada como bibliográfica e documental. Tendo como fontes secundárias: artigos científicos, dissertações, livros, teses existentes na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), na qual foi feita busca utilizando-se os seguintes filtros: Abuso sexual infanto-juvenil; a atuação do Serviço social. Através dos quais foram encontradas as fontes documentais e bibliográficas da pesquisa, elencadas nos apêndices desse relatório.

Ainda sobre pesquisa documental Gil (2002) vai dizer que se assemelha muito à pesquisa bibliográfica:

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45).

Inicialmente, na pesquisa documental foram utilizados: Cartilha da campanha Maio Laranja que foi produzida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), os relatórios do disque 100 das denúncias de abuso e exploração contra as crianças e adolescentes, recebidos pelo ministério no ano de 2019, dados da UNICEF através do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil entre os anos 2017 a 2020, o Estatuto da Criança e Adolescente, o Código de ética profissional do Assistente Social e documentos da Política Social.

2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: fundamentação teórica

2.1 Aspectos históricos do Serviço Social brasileiro

Sabemos que o Serviço Social é uma profissão interventiva, que teve seu surgimento na década de 1930, articulado ao contexto histórico do país na sua época. Segundo Iamamoto (2012), é uma especialização do trabalho coletivo que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho que se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, tendo em sua base de fundação a questão social e suas várias expressões, que são resultado das desigualdades sociais da sociedade capitalista, a questão social expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais. Conforme Iamamoto e Carvalho “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p.83-84). Já Netto destaca que, “A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”. (NETTO, 2011, p. 157)

Esse período ficou marcado por diversos fatores políticos e econômicos que tiveram consequências na quebra da bolsa de valores em 1929 em Nova York, a segunda guerra mundial e a revolução Russa, esses fatos favoreceram para a elevação do custo de vida das pessoas, causados pela queda do preço do café que era o seu principal material de trabalho, ocasionando o aumento da pobreza. A autora afirma que: “A profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social são fruto do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tencionado pela guerra fria, ante as ameaças comunistas”. (IAMAMOTO, 2012, p.29).

No período de 1930, o Brasil passava por uma etapa onde o Estado tinha o papel de regulamentar qualquer inquietação entre as classes sociais. Foi nesse mesmo período que foram criadas as medidas de contenções das classes trabalhadoras, por exemplo, a Consolidação das Leis Trabalhistas e o salário mínimo, afim de conter qualquer tipo de balburdia. Nesse período o Brasil tinha como governante momentâneo o presidente Getúlio Vargas que governou de 1930 até 1934.

Depois do pós-guerra de 1945, a autocracia burguesa entra em ascensão, os monopólios continuaram a promover a industrialização tardia com estados enfraquecidos em

busca da garantia dos direitos sociais e fortalecimento na governança. Essas ações tiveram como resultado o aniquilamento das culturas locais, a fusão de serviços públicos e precários, e a elite correlacionada ao capital internacional.

Segundo Silva “A autocracia Burguesa no Brasil se manteve em um estado antidemocrático e antinacional capacitado para abdicar do direito de mobilizar, organizar e representar um grande seguimento de diferentes classes sociais.” (SILVA, 2013, p.87). Ainda de acordo com Silva (2013), A ditadura militar ocasionou diversas mudanças na cultura, política, educação e na economia, subtraindo marxistas tradicionais revolucionários emergentes, banalizando assim a teoria marxista levando ao viés ativo. A ditadura fascista teve seu período de auge entre 1968 a 1974, mas desde em 1945 que o capitalismo monopolista se aprofundou cada vez mais, esse período é apontado pela modernização conservadora que exige um repensar do serviço social como profissão.

O movimento de reconceituação foi um marco muito importante para o serviço Social, pois foi a partir dele que surgiu um novo olhar para o trabalho profissional, com foco em analisar de forma crítica a realidade social, visando um melhor desempenho na atuação profissional, fundamentado na análise teórico metodológica visando atender as demandas das expressões da questão social.

Segundo Netto (2005) no período de reconceituação, o conservadorismo profissional trabalhou por meio de duas correntes: a visão de modernização e a reatualização do conservadorismo, ambos seguindo caminhos distintos que às vezes se opõem, mas em geral não são para criticar a ordem comercial. Segundo Netto:

Entende-se que no processo de Reatualização do Conservadorismo, busca-se aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Essa perspectiva “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção.’” (NETTO, 2005, p.203).

Na segunda metade da década de 1960, a perspectiva modernizadora que ainda era dominante durante a ditadura, era sinônimo das tensões sociais, ocasionadas pela autocracia burguesa. Tal proposta foi adaptada ao Serviço Social, sendo registrada nas reuniões de Araxá e Teresópolis, e com isso, é modernizada a abordagem grupal e comunitária. Outro marco importante para a profissão é o Seminário de Sumaré, que está registrado no documento de

Sumaré que remete a outra matriz teórica, apresentando características gerais da fenomenologia que tem sido inspiração para o trabalho social. Segundo Netto:

O mercado de trabalho para o assistente social seja em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna, que atendessem as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativa em meio à modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade.” (NETTO, 2005, p. 123).

A fenomenologia se propõe a explicar os fenômenos a partir do “eu”, o importante são as pessoas que vivem a situação, pois cada um tem sua própria história, não está repetindo sua própria existência. A perspectiva modernizadora não aboliu o conservadorismo, e vale notar que foi no seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista que as reflexões sobre a renovação do conservadorismo tendem a emergir fio de inspiração fenomenologicamente que veicula a dialética entre a ruptura e a continuidade profissional passada, tendo como características desse ramo, o suporte a novos fundamentos teóricos da prática profissional, a rejeição de padrões positivistas e uma postura que exclui o pensamento histórico crítico dialético. Netto (2005) destaca que se em Araxá ficou marcado o cariz sociotécnico, em Teresópolis se fundamenta a operacionalidade de Serviço Social, agora relacionado à administração tecnoburocrática.

Por último a intenção de ruptura, uma vertente marxista que entende o movimento de reconceituação como uma ocasião para a ruptura com o conservadorismo e, desta forma, defender um projeto ético político profissional mais comprometido com a classe trabalhadora, no pensamento mais popularizado para o acesso às políticas sociais. É o que afirma Netto (2001), “o movimento de reconceituação foi um momento de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional e assim construção do projeto ético político”. Desta forma, dirigindo-se a profissão, da sua compreensão como profissional incluso na realidade social, com uma análise crítica atrelada ao pensamento marxista.

[...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista.” (FALEIROS, 2005, p. 22).

Podemos destacar o Método Belo Horizonte que foi preparado pelos jovens profissionais, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais que se colocaram à disposição para encontrarem soluções que superassem a ação do serviço social tradicional.

2.2 Serviço Social Contemporâneo

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), as primeiras Escolas De Serviço Social no Brasil surgiram em 1936, que só foi regulamentada em 1957, sendo uma profissão de nível superior, com natureza humanista, sendo obrigatório seu registro no CRESS para poder exercer a profissão. A formação de assistentes sociais se dá por meio de universidades públicas e escolas particulares, regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo as Diretrizes Curriculares, partindo da nova lógica curricular, o profissional terá que possuir como base de sua formação capacitação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa, com finalidade de analisar o movimento histórico de sua sociedade, observando suas particularidades, a fim de compreender, analisar e identificar as demandas presentes na sociedade, a fim de criar respostas para o enfrentamento da questão social. Segundo as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS:

Após ampla interlocução com a categoria profissional, implicam numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Ela é uma profissão de nível superior e para exercê-la é preciso fazer registro no Conselho Regional de Serviço Social, no CRESS do estado em que pretende atuar. Existem inúmeros CRESS e delegacias de base estadual e o Conselho Federal de Serviço Social que tem o papel de fiscalizar o exercício profissional no país, dando cobertura a todos os estados.

O (A) Assistente Social atua no atendimento às demandas, reivindicações da classe trabalhadora, na garantia dos direitos sociais, na formulação e execução das políticas públicas,

baseando-se nos fundamentos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. O Projeto Ético Político tem como principal característica a crítica ao conservadorismo, tradicionalismo e segue um conjunto de regras presentes no Código de Ética Profissional e instituiu sua base normativa presente na Lei de Regulamentação da Profissão. Segundo o CFESS/CRESS:

A partir dessa lei, o Conjunto CFESS-CRESS trabalha para apreender questões e demandas postas ao exercício profissional, de modo a objetivá-la, por meio de resoluções apresentadas pelo CFESS no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 8.662/1993, sempre na perspectiva da materialização do projeto ético-político profissional e dos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social. (CFESS/CRESS, 2014, P.01).

É importante conhecer a instrumentalidade do trabalho do Assistente Social, as exigências da profissão e suas condições éticas e técnicas, que é de suma importância, para a categoria que tem o papel de intervir mediante instrumentos na Questão Social, gerada pelo conflito da classe trabalhadora e classe burguesa.

De acordo com Guerra (2000), a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico e, por ser uma propriedade sócio-histórica, a instrumentalidade possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos profissionais, constituindo uma condição concreta de reconhecimento social da profissão do serviço social.

É através dos instrumentos que o (a) assistente social transforma a sociedade, adquirem novos conhecimentos, sua atuação se faz desenvolvendo ou propondo políticas públicas, que possam responder o acesso da população aos serviços e benefícios, já que é uma profissão de garantia de direitos. “A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos”. (IAMAMOTO, 2009, p.171).

A profissão deve ser entendida através das condições e relações de trabalho e como isso, afeta as atribuições, competências e os requisitos da formação do assistente social.

Os espaços profissionais e ocupacionais tradicionais, como saúde, assistência social e previdência, sofrerão reveses e terão atualizadas suas demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o

conteúdo/racionalização do trabalho profissional. No campo da assistência social, por exemplo, novos segmentos das classes proletárias acorrerão a essa política em função do desemprego; na Previdência Social, já se anunciam outras problemáticas derivadas das relações de trabalho precarizadas e da rigidez de critérios de revisão/definição de benefícios, perícias, seguro-desemprego etc. A saúde, vivenciando um brutal desmonte, também presenciará o crescimento da demanda em função da inadimplência e dos desligamentos massivos de trabalhadores e de suas famílias dos planos e seguros privados de saúde. Na área sociojurídica, também são identificadas refrações com a ideologia da judicialização/individualização das lutas, combinadas com a criminalização da pobreza, das drogas, do aborto; ampliação da violência com a população negra, mulheres, crianças, idosos, homossexuais, transexuais, travestis etc., afetando não apenas os direitos sociais, mas os direitos civis e políticos. (MOTA, 2017, p. 48).

O Serviço Social está inscrito na divisão social e técnica do trabalho, profissão orientada pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político, que envolve uma atividade especializada. Segundo Guerra (2007), a dimensão teórico-metodológica diz respeito à relação da prática com a apreensão dos métodos e teorias, ela orienta a direção e estratégias da ação e formação profissional, sendo uma mediação importante pelo fato de permitir uma revisão de fundamentos técnicos, teóricos e éticos políticos.

O (A) Assistente Social é um profissional liberal, e mesmo com sua autonomia profissional sempre será relativa. O projeto profissional deve ser o guia dos (as) Assistentes Sociais, pois ele é a autoimagem profissional e expressa o desenvolvimento teórico e prático da profissão.

Os fundamentos presentes na dimensão teórico-metodológico estão relacionados à prática com a compreensão dos métodos e teorias, ela quem regula o caminho, os planos de ações e a formação do profissional em Serviço Social. Fundamentada na teoria de Marx tem como base a pesquisa crítica da realidade, colocando a questão social como o seu objeto de intervenção.

Segundo Iamamoto (1998) “a dimensão teórico-metodológica está relacionada com o caminho que o assistente social deve seguir para alcançar novas opções, exigindo um arsenal teórico fundamentado pela história, orientações dos processos sociais, pesquisa refinada da ação social e da maneira de viver dos sujeitos sociais.” Essa dimensão oferta para uma leitura com explicação e absorção da realidade concreta, vale reforçar que a dimensão teórico-metodológica não pode ser movida de maneira isolada das outras dimensões para não se transformar em um teoricismo.

Guerra (2007) destaca que dimensão técnico-operativa é mobilizada mediante as respostas dos objetos imediatos, que se refere aos elementos técnicos e instrumentais necessários para o desenvolvimento da intervenção. Nessa dimensão o assistente social constrói, reproduz códigos de orientação, reproduz um conjunto de valores e normas, legitima um *ethos* profissional, além de articular um conjunto de saberes.

O (A) profissional de Serviço Social também realiza um trabalho sócio educativo e pode atuar em várias áreas como políticas públicas ou privadas, com planejamento, organização e execução, avaliação, gestão e pesquisas, seu trabalho tem como objetivo responder as demandas dos usuários, garantindo o acesso aos direitos assegurados na CF de 88 e nas demais legislações específicas aos direitos sociais. Ele também é responsável por fazer uma análise da realidade social e intervir para melhorar as condições de vida dos usuários. Para fazer isso de forma adequada é necessária formação continuada, aprimorando seus conhecimentos nas diversas áreas de atuação.

A atuação do Assistente Social se desenvolve de maneira que possa responder às demandas da sociedade, que buscam acessar aos serviços e benefícios construídos e conquistados pela sociedade, principalmente, na Seguridade Social.

Para executar qualquer tipo de intervenção o profissional utiliza de diferentes instrumentos, a partir daí o assistente social contribui para a transformação da realidade social, adquirindo novos conhecimentos, pois cada caso tem sua particularidade e cabe ao Assistente Social escolher as técnicas para atender melhor.

Os instrumentos mais utilizados pelos Assistentes Sociais são: a entrevista, abordagem individual ou em grupo, diário de campo, ou livro de registro, visita domiciliar, estudo social e parecer social, sendo essa primeira, a mais utilizada pelo (a) Assistente Social, por estar presente no cotidiano profissional. Em suma, as dimensões do Serviço Social são primordiais para a formação e atuação profissional do Assistente Social, sendo necessário conhecer a sociedade com a qual trabalha a fim de encontrar respostas para as expressões da questão Social e para as formas de dominação-opressão. A dimensão técnico-operativa utiliza instrumentos e técnicas na atuação profissional para intervir na questão social, que é o objeto de trabalho da categoria. É no cotidiano das classes sociais que o (a) Assistente Social vislumbra estratégias de enfrentamento e resistência, tendo que ser um profissional com competências.

Requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira 'teleologia' dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades.

Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam. (AMARAL E MOTA, 1998, p. 25).

Já na dimensão ético-política se faz necessária uma análise da sociedade, da profissão e da consciência do profissional. A análise da sociedade é importante para que os (as) assistentes sociais conheçam a realidade social em que trabalham, sendo preciso afirmar uma totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, como as classes sociais só existem em relação, o trabalho profissional torna-se polarizado e cooptado pelos que tem uma posição dominante. Segundo Iamamoto, “a reprodução das relações se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho, das relações de produção na sua globalidade, envolvendo os sujeitos e suas lutas sociais e a reprodução das formas de consciência social”. (IAMAMOTO, 2009, p.169).

Segundo Iamamoto (2012), as competências e atribuições profissionais devem ser analisadas a partir das mudanças ocorridas no padrão de acumulação e regulação social pautadas na globalização, essas mudanças tiveram como consequência a descaracterização dos direitos sociais, radicalização das expressões da questão social, redução das responsabilidades do Estado, mudanças no mercado e nos processos de trabalho e alterações das demandas dos (as) assistentes sociais. As competências do (a) assistente social, presentes na Lei de Regulamentação:

Implementar, planejar e avaliar políticas sociais. Mais uma vez se coloca a mediação da política, donde a importância de se problematizar o modelo de política social que se configura como espaço sócio-profissional dos assistentes sociais. Cabe lembrar que por toda a trajetória dessa profissão construímos competências as quais são legalmente designadas aos assistentes sociais, constantes da lei que regulamenta a profissão, atualmente pela lei 8662/93. Concebemos que competência e habilidade são dois conceitos que estão relacionados. A habilidade é conseguir pôr em prática as teorias e conceitos que foram adquiridos, enquanto a competência é mais ampla e consiste na articulação entre conhecimentos, atitudes e habilidades. (ABEPSS, 2014, p.08).

É no cotidiano profissional que os (as) Assistentes Sociais têm a necessidade de responder aos fenômenos, a requisição de respostas imediatas, pois o cotidiano é cheio de demandas, de cumprimento de normas, regulamentos e orientações superiores. É nele que as dimensões da profissão se perpassam e se confrontam, pois é o lugar onde se aplica a teoria.

O exercício profissional incide no cotidiano das classes sociais na busca de sua modificação, onde sua dinâmica é vislumbrar estratégias de enfrentamento e resistência, ele exige também um (uma) profissional com competências para propor e negociar com as

instituições os seus projetos e este exercício se configuram pela articulação das dimensões e se realiza sob condições objetivas que é referente a uma construção de elementos na coletividade e condições subjetivas que é referente ao indivíduo. É o que vai definir Guerra (2007):

Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras. (GUERRA, 2007, p.1-2).

A profissão também se realiza por meio de prestação de serviços sociais, e faz parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade e opera a prestação de serviços atendendo às necessidades sociais e reproduz a ideologia dominante. Mesmo com uma autonomia profissional, o (a) Assistente Social tem vínculo empregatício mediante contrato de trabalho, pois precisa vender sua força de trabalho para obter meios de subsistência, o tornando, assim, participante do processo de produção e redistribuição da riqueza gerada pelo capital. Por outro lado, promove a realização dos direitos sociais, mediante as necessidades dos usuários exercendo sua autonomia presente no projeto profissional, sendo sempre esta autonomia denominada relativa.

Por tanto, as condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o assistente social, articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação, e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influencias sobre a vida social. (IAMAMOTO, 2009, p.183).

Os projetos profissionais são a autoimagem da profissão e são construídos coletivamente, eles são indissociáveis do projeto societário, são estruturas dinâmicas que respondem às alterações das necessidades sociais e expressam o desenvolvimento teórico e prático da profissão.

No Brasil, o Serviço Social conquistou avanços no campo dos valores, ética, política e na interpretação teórico-metodológica, houve um giro no campo da dimensão ética, instituiu sua base normativa expressa na Lei de Regulamentação da Profissão, que estabelece as

competências e as atribuições profissionais presentes no Código de Ética Profissional de 1993, que descreve os direitos e deveres do Assistente Social segundo princípios e valores, presentes no Art. 2º - do Código de Ética do Assistente Social: Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (BRASIL, Código de Ética do Assistente Social, 1993, p. 27.)

O projeto profissional também é apoiado pela Lei de Regulamentação da Profissão. Entretanto, um dos maiores desafios é tornar esse projeto um guia efetivo da profissão, pois ela condensa as dimensões do Serviço Social e engloba a formação e o exercício profissional. Ao longo do tempo a profissão tem se redefinido, considerando a sua inserção no Brasil, atuando nas desigualdades sociais e econômicas do Brasil.

O Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho age no enfrentamento das expressões da questão social por meio de políticas públicas, de forma crítica e criativa com o objetivo de compreender os “problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”. (ABEPSS, 1996, p. 6).

O Serviço Social é atravessado por relações de poder e situa-se num processo de reprodução das relações sociais que acontecem no cotidiano e na criação de bases políticas para hegemonia de classes, intervém na criação de condições que favorecem a reprodução da força de trabalho e contribui para as contradições que caracterizam a sociedade capitalista.

Segundo Faleiros:

As demandas por serviços sociais ou políticas sociais expressam as desigualdades econômicas, de inclusão/exclusão social, de dominação de gênero, de relações de poder e violência nos conflitos familiares, de relação com o crime, com o uso de drogas, com a enfermidade, com a precarização das condições sociais e familiares. “São demandas complexas tanto por efetivação de direitos como por cuidados específicos que exigem dos profissionais a análise das relações gerais e particulares dessas condições e do poder de enfrentá-las, o que implica trabalhar a correlação de forças.” (FALEIROS, 2013, p. 3).

Faleiros destaca que o exercício profissional do Assistente Social, em seu cotidiano perpassa por vários desafios e adaptações para poder ser executado, onde se conflitam com as demandas que decorrem na atuação profissional e com as diversas variações das expressões da questão social, presentes dentro da conjuntura capitalista e do desenvolvimento do mercado, que se desarmonizam com as inúmeras demandas presentes na atuação profissional.

3 TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O (A) Assistente Social que irá atuar no enfrentamento aos casos de abuso sexual infante juvenil, deverá utilizar métodos, técnicas e instrumentos para decidir qual será o melhor método para se aplicar, na tentativa de identificar qual o problema que existe em torno da violência sexual contra as crianças e adolescentes, e assim poder intervir, mobilizando a rede de proteção afim das vítimas terem acesso a um apoio em busca dos seus direitos. Inserido no sistema das relações sociais, o assistente social trabalha nos equipamentos Socioassistenciais de modo a garantir a proteção social integral das crianças e adolescentes, realizando a mediação entre Estado X instituição X vítima.

O (A) Assistente Social que atua com os casos de violência sexual infante juvenil deve possuir uma postura investigativa, assim, como destaca Battini (2009) “A atitude investigativa do Assistente Social, faz com que o profissional ultrapasse o aparente, sendo capaz de evidenciar o fenômeno no seu núcleo. Assim, através da postura investigativa, é provável de identificar o problema, que é a violência sexual”.

Durante a intervenção do (a) Assistente Social, é necessário que ele (a) reúna todas as informações possíveis, esclarecendo a equipe multiprofissional a fim de identificarem as redes de apoio (unidades de saúde, escolas, comunidades, entre outros) para poder auxiliar as possíveis vítimas, dando-lhes garantia de acessar seus direitos. Assim como destaca Iamamoto (2001):

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2001, p.20).

Segundos dados presentes no Relatório dos Direitos Humanos, o abuso sexual infante Juvenil é o segundo tipo de violência presente no Brasil e está presente em todas as classes sociais. Trazemos abaixo duas tabelas com dados de denúncias que foram registradas no ano de 2019 no Relatório do Disque Direitos Humanos (disque 100).

Tabela 01: Local da violação

LOCAL	PERCENTUAL %
CASA DA VÍTIMA	45%
CASA DO SUSPEITO	28%
CASA	09%
RUA	05%
OUTROS	13%

Fonte: Relatório do Disque Direitos Humanos (disque 100).

Tabela 02: Relação vítima e suspeito

SUSPEITO	PERCENTUAL %
MÃE	14%
PAI	19%
PADRASTO	21%
TIO (A)	09%
OUTROS	37%

Fonte: Relatório do Disque Direitos Humanos (disque 100).

Conforme a tabela 01 a casa da própria vítima e do suspeito somam 73% das denúncias sobre o local onde se realizou as violações sexuais, já na tabela 02 apresenta o percentual das denúncias sobre o tipo de relação que as vítimas tinham com os suspeitos, a relação com o pai e padrasto foram de 40%. Ainda sobre os dados registrados no Relatório do ano de 2019 do Disque Direitos Humanos foi possível saber algumas outras características sobre o perfil das vítimas e suspeitas:

Vítimas – 46% adolescentes entre 12 a 17 anos do sexo feminino; Suspeito – 87% são do sexo masculino e 13% do sexo feminino, tendo um percentual maior na idade entre 25 a 40 anos, de 62% das denúncias.

3.1 A dimensão teórico-metodológica do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente

Para o (a) Assistente Social atuar diretamente com os casos de violência sexual, ele (a) deve ter uma aproximação com o tema e possuir um conhecimento respaldado no embasamento teórico com todos os tipos de violência, a fim de ter clareza na sua atuação e saber agir de forma correta com os diversos tipos de questões sociais que lhes aparecem.

Segundo Guerra e Azevedo (2001), os tipos de violência são:

Violência física - consiste em todo ato que gera dor física e lesões à vítima, manifesta-se desde um tapa até a um assassinato.

Violência sexual - abuso resume em todo ato ou jogo sexual que inclua um adulto e uma criança/ adolescente; tem por fim determinado à indução da sexualidade ou concretização de atos sexuais.

Violência psicológica - todo ato que submeta a vítima a danos psicológicos e emocionais, submetendo a ameaças, sofrimento, chantagem, entre outros.

O (A) Assistente Social que atua em diversas áreas deve lutar pela garantia dos direitos dos seus usuários, possuindo um papel imprescindível, frente aos casos de violência sexual infanto juvenil. É imprescindível que o (a) Assistente Social saiba atuar de forma clara no atendimento dos casos de violência sexual, que saibam encaminhar a vítima, a fim de garantir sua proteção integral e a garantia de seus direitos, conforme apresenta no artigo 4º do ECA, que diz:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com Oliveira et al. (2006), a rede de proteção integral baseia-se na articulação complementar entre as instituições que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Sendo assim, o (a) assistente social deve ficar atento (a) e saber acionar cada rede de proteção, articulando cada serviço, a fim de garantir assistência aos (as) segurados (as).

Faleiros e Faleiros (2006) definem as redes de proteção como uma articulação de atores e instituições em ações conjuntas, podendo assim compartilhar e negociar as responsabilidades. A fim de assistir aos (as) usuários (as) devidamente.

Como cita Yazbek “o Serviço Social se insere como profissão mediadora, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, ultrapassam sua vontade e intencionalidade”. (YAZBEC, 1999, p.93).

Os (as) Assistentes Sociais ao atuarem na sua prática profissional, devem possuir o objetivo de consolidar políticas sociais de apoio às vítimas de violência sexual, para que elas tenham o amparo de seus serviços que os norteiam.

3.2 A dimensão ético-política do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente

A dimensão ético política do Serviço Social tem como conduta orientar o profissional a agir através dos seus valores, princípios e ética profissional. Nesse sentido, através do Código de Ética do (a) Assistente Social podemos observar que está explícito nos princípios fundamentais da categoria: “O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Netto (1999) vai falar que: “os projetos profissionais podem nomear os seus conceitos, exibindo a sua autoimagem”.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 95).

A atuação profissional do Serviço Social na defesa dos direitos das crianças e adolescentes é histórica, inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais os (as) assistentes sociais tem uma enorme importância atuando sempre nos movimentos sociais e nas lutas populares.

Entre essas lutas podemos destacar as conquistas relevantes na Constituição Federal de 1988, em especial a do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, passando a reconhecê-las como sujeitos de direitos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF. 1988).

Destacamos também, que logo em seguida devido às extensas discussões comandadas pelos movimentos sociais, entidades e pessoas da sociedade civil, foi publicada a Lei federal n. 8069/1990 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal, afirmando os direitos das crianças e adolescentes. Como diz no Art.1º “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. É importante salientarmos que com o avanço da proteção integral consistiu na ruptura da doutrina de proteção irregular, essa doutrina tinha um conceito assistencialista, centralizador e repressor.

Percebe-se que o profissional do Serviço Social por atuar na execução das políticas públicas e sociais contribuiu profundamente com a efetiva concretização do ECA no sentido da defesa da vida e do pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, algo permanente nas lutas do/a Assistente Social que está exposto no documento da categoria “Bandeiras de Luta”.

Em resposta a nova orientação constitucional e a normativa internacional o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa evidente que o objetivo principal é a proteção integral das crianças e adolescentes. Com essa nova doutrina implantada temos como primordial três princípios: As crianças e adolescentes que passam a ser titulares de direitos; se tornando sujeitos de direito; recebedores de absoluta prioridade e com uma condição especial de indivíduos em desenvolvimento.

O ECA veio reafirmar também que é uma responsabilidade da família, sociedade e Estado, de garantir todo um desenvolvimento absoluto a esse público, livre de qualquer tipo de discriminação, exploração e violência. É um trabalho desenvolvido em conjunto, governo e a sociedade civil por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e adolescente.

A família possui o papel fundamental de proteger a criança e o adolescente, amparando-os em sua fase de desenvolvimento, os tratando como cidadãos de direitos, observando os sinais e comportamentos que a criança venha a demonstrar. Como está presente no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao

lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária”.

3.3 A dimensão técnico-operativa do trabalho profissional no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescente: PNAS, SUAS, REDE

3.3.1 A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS

A assistência social está estruturada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como finalidade garantir a proteção social aos cidadãos, oferecendo apoio por meio de serviços, programas e projetos, a todos os indivíduos, familiares e comunidade em geral, que venha necessitar no momento de dificuldades. Com um modelo de gestão participativa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma organização pública que coordena os serviços de assistência social no Brasil. Os recursos para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são dos três entes governamentais, a municipal, estadual e união.

O SUAS administra a vinculação das entidades e organizações de assistência social ao sistema, atualiza o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), concede inscrição as entidades, programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social, oferta benefícios assistenciais, expresso a públicos específicos de forma incorporada aos serviços, auxiliando para a superação dos casos de vulnerabilidade. O Sistema Único de Assistência Social foi produzido a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e profetizado na Lei Orgânica Social (LOAS), o suporte de implementação foi consolidado em 2005, através da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS).

A assistência social, política pública de proteção social, opera por um sistema único federativo, o Suas, em implantação em todo o território nacional. Como a saúde sua condição de política de proteção social é distinta da forma de seguro social. Organizada em dois níveis de proteção, a básica e a especial, desenvolve sua ação por meio de serviços e benefícios para o acesso de pessoas e famílias demandantes de proteção social em face de agravos de fragilidades próprias do ciclo de vida humano, pela presença de deficiências, decorrentes de vitimizações, por violência, por desastres ambientais, pela presença de discriminação, pela defesa da sobrevivência e de direitos humanos violados [...]. (SPOSATI, 2013, p.664).

A Assistência Social está organizada em dois tipos de proteção social, que são Proteção Social Básica (PSB) que é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, ofertando programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e familiares que se encontram em vulnerabilidade social e Proteção Social Especial (PSE) que é destinada aos indivíduos e seus familiares que já se encontram em situação de risco e tiveram seus direitos violados por conta de maus tratos, abandono, uso de drogas, abuso sexual, entre outros. Esse tipo de proteção está dividido em média complexidade e alta complexidade.

O equipamento que organiza e coordena a rede de serviços da Proteção Social Básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que muitas das vezes acaba sendo a porta de entrada dos usuários e das famílias que procuram ajuda para acessar os serviços da rede de proteção socioassistencial. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004):

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, PNAS, 2004).

Já na Proteção Social Especial o equipamento responsável pelo apoio especializado é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os serviços de média complexidade vão atender às famílias e indivíduos que tiveram os seus direitos rompidos, porém os vínculos familiares e comunitários não foram quebrados, necessitam de um cuidado individual e de uma assistência inspecionada, com uma melhor organização técnico operacional. Já os serviços de alta complexidade são os que vão garantir uma proteção integral ao indivíduo e a família que se apresenta em ambiente de ameaça, precisando ser removido desse seu eixo familiar e, ou comunitário. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, PNAS, 2004).

Uma pessoa que é vítima de abuso sexual, que tem seus direitos violados e vive em uma situação de ameaça, muitas vezes precisando até ser retirada do convívio familiar e/ou comunitário, será atendida pelos Serviços de Alta Complexidade da Proteção Social Especial, que irá garantir a proteção integral através de oferta de serviços direcionados ao acolhimento em suas diversas particularidades, respeitando sempre os costumes e tradições, garantindo assim um atendimento com privacidade e sem discriminações.

O Serviço Social é uma profissão interventiva com uma postura crítico-reflexiva, a sua dimensão técnico-operativa sustenta a sua conduta de ser profissional da categoria; de ações como a intervenção, pesquisa, planejamento. Os assistentes sociais dispõem de instrumentos e técnicas, como: Relatório social, estudo social, parecer social, visita domiciliar, escuta qualificada, para realiza os encaminhamentos para a rede socioassistencial. Assim destaca-se a dimensão técnica-operativa:

Enquanto dimensão que em sua especificidade é a mais aproximada da prática profissional, propriamente dita, e, que por ser assim, necessariamente, expressa e contém as demais dimensões. Ou seja, as ações expressam as concepções teórico-metodológica e ético-política do profissional, mesmo que ele não tenha clareza de suas concepções e de seus valores. Nesta direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética. (SANTOS, 2013, p. 02).

Esses saberes, qualidades essenciais da profissão, estruturada e reestruturada no processo sócio-histórico alcançados no íntimo das relações sociais é o que podemos chamar de instrumentalidade no exercício profissional.

A instrumentalidade como mediação possibilita a passagem de ações meramente instrumentais (onde predomina a racionalidade técnica) para o exercício profissional crítico. Reconhecer o Serviço Social como mediação significa tomar a profissão como totalidade constituída de dimensões técnico-instrumental, teórico-metodológica, ético-política e formativa. A instrumentalidade como particularidade tem a capacidade de articular as dimensões da profissão e convertê-las em repostas profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. (GUERRA, 1995, p. 09).

A Norma Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) foi criada após a formação do Sistema Único de Assistência Social no país em 2005, devido à necessidade de normatizar

as operações, e profissionalizar a execução da política de assistência social, como forma de garantir sua efetividade, logo após a criação do Sistema Único de Assistência Social.

A NOB-RH surgiu no final dos anos 90, no intuito de orientar e padronizar os trabalhos que eram apresentados pelos Assistentes Sociais de todo território nacional, mas não existia conteúdo voltado aos trabalhadores do SUAS. O conteúdo das NOBS foi atualizado em 2005, sendo assim aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com uma atitude voltada mais a família, como o centro essencial para a eficiência das ações da política e uma percepção maior em relação às situações de vulnerabilidade conforme o território.

A NOB RH/SUAS avança no enfrentamento dessa realidade quando definem mecanismos de profissionalização e publicização da assistência social, orientando procedimentos para composição de equipes básicas de referência para CRAS e CREAS, definindo diretrizes para a qualificação de recursos humanos e a ampliação da capacidade de gestão dos seus operadores. (RAICHELIS, 2010, p. 766).

A NOB-RH/SUAS representa um avanço para a política de assistência social, com atribuições para cada gestão, como contratação e manutenção de profissionais qualificados academicamente, que através de concurso público possa atender nos serviços socioassistenciais de acordo com a demanda da população.

A NOB RH/SUAS prevê a formação de equipes de referência, que devem ser constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados por porte dos municípios, tipo de atendimento e aquisições e direitos que devem ser garantidos aos usuários. (RAICHELIS, 2010, p. 762).

Para uma boa gestão de trabalho, a NOB-RH/SUAS considera como principais eixos, os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; diretrizes para a política nacional de educação permanente; diretrizes para planos de carreira, cargos, salários (PCCS); organização do CADSUAS; diretrizes para entidades e organizações da assistência social; princípios éticos para os trabalhadores; diretrizes para instituição de mesas de negociação; controle social da gestão do trabalho e equipes de referência.

3.3.2 Rede de Proteção Socioassistencial

A Rede de Proteção Socioassistencial integra a política social que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), integrada por um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o equipamento inserido no SUAS que irá articular para que as vítimas e seus familiares tenham ingresso aos direitos socioassistenciais e a rede de proteção social.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social conceitua que: A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005).

A articulação na rede socioassistencial é fundamental para que os indivíduos e familiares possam superar casos de algum tipo de violência que tenham sofrido. De acordo com as Orientações Técnicas presentes no Centro de Referência Especializadas de Assistência Social compreendemos que:

A articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado a fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes. (BRASIL, 2011, p. 63).

É relevante reforçar alguns outros órgãos que são importantes na articulação junto com o CREAS, para que a rede possa executar de maneira a lutar por garantias de direitos e buscas por inclusão e proteção as crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual, que são: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria de Assistência Social, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Delegacias Especializadas, Rede de Educação, Serviço de Acolhimento, entre outros mais.

Segundo Neves (2009) a rede socioassistencial é uma ação conectada e integrada com o objetivo de possibilitar para os/as usuários/as desses serviços sociais a proteção social juntamente com o acesso aos seus direitos, relacionando esta rede ao conjunto de políticas sociais, inclusive a política de assistência social.

O CREAS sempre que constatar alguma questão que exceda a sua qualificação para tratar, terá que recorrer à rede de proteção para que o órgão responsável possa tomar as devidas providências cabíveis, no caso do abuso sexual contra as crianças e adolescentes, ele irá acionar o Conselho Tutelar que deverá tomar a frente do caso, mesmo depois de passar a ocorrência para o órgão competente o profissional da assistência social do CREAS deverá continuar acompanhando o caso de perto.

É relevante que todos os profissionais que fazem parte da rede de proteção socioassistencial sejam qualificados para entender qual o grau da gravidade que os usuários apresentam. Quando a solicitação é enviada da proteção básica para um nível de maior complexidade acontece o que chamamos de referência e quando o caminho é inverso, a proteção social especial sanou a situação de violência e alcançou os principais objetivos do serviço, encaminhando o usuário para a proteção social básica para que possa dar continuidade a proteção social e ações de prevenção, chamamos de contrarreferência. Sobre o que chamamos de referência e contra referência O documento de Orientações Técnicas do Centro de Referência da Assistência Social diz que:

A função da referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional), ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). A contra referência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (BRASIL, 2009, p.10).

Esta articulação da rede socioassistencial é de extrema importância onde requer que o CREAS trabalhe se articulando com o CRAS, para facilitar aos indivíduos e familiares que precisem acessar os serviços, programas e benefícios de transferência de renda como o Cadastro Único, Auxílio Brasil, Renda Cidadã, Benefício de Prestação Continuada (BPC) realizando assim o que chamamos de referência e contra referência.

4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para realização deste capítulo, foram utilizados sete textos como base, onde foram descritos em cada introdução de cada sessão. Este capítulo está organizado em quatro subseções, onde procura analisar a origem e características do abuso sexual infanto juvenil, como também a atuação e condições de trabalho do profissional frente aos casos de abuso sexual, mostrando as Redes de atuação, apoio e proteção das vítimas de abuso sexual, como também a influência do poder familiar, família patriarcal, o poder do macho e aos fatores que possam levar a sua superação. Para alcançarmos esses resultados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que teve como fontes secundárias: artigos científicos, dissertações, teses existentes na plataforma Scientific Electronic Library Online (SCIELO), na qual foi feita busca utilizando-se os seguintes filtros: Abuso sexual infanto-juvenil; a atuação do Serviço social. Através dos quais foram encontradas as fontes bibliográficas da pesquisa, elencadas nos apêndices desse relatório.

4.1 A origem e características da violência através do abuso sexual contra crianças e adolescentes

Para entendermos a origem da violência através do abuso sexual, foram analisados três trabalhos científicos. O primeiro com o título **“A violência na infância como uma questão cultural”** de RICAS, Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; GRESTA, Mona Lisa Maria (2006). O segundo texto é de Dantas, Leda (2009) **“O abuso sexual e os direitos da criança: respeito, liberdade e dignidade”** e por último o texto de FALEIROS, Vicente de Paula (2010) **“A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário”**.

No trabalho realizado por Ricas, Donoso e Gresta (2006) expõe que a violência contra crianças e adolescentes é uma questão cultural e de costumes, como é o caso, por exemplo, de achar que a criança em seu lar estará sempre em segurança. Entretanto, pesquisas realizadas no Fundo das Nações Unidas (UNICEF) mostram que não é bem assim, pois muitos casos de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes são cometidos no ambiente familiar. As autoras consideram que o modelo familiar é construído socialmente, a partir de determinadas crenças religiosas, que podem resultar em violência.

De acordo com Faleiros e Faleiros (2007):

A estrutura familiar não é uma ilha isolada do contexto histórico, econômico, cultural e social, mas um dos subsistemas em que se encontram presentes e se enfrentam os poderes estruturados e estruturantes da sociedade. Autoritarismo, machismo, preconceitos e conflitos em geral articulam-se com as condições de vida das famílias, e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência de adultos contra crianças e adolescentes. A violência familiar é, pois, uma forma de relacionamento ancorada na história e na cultura Brasileira. (FALEIROS E FALEIROS, 2007, p. 49).

Ter em mente que as crianças são propriedades dos pais é um contexto cultural que contradiz a concepção da criança ser reconhecida como indivíduo, que tem suas próprias vontades e direito de cidadão. Em nome da conservação desses costumes enraizado na sociedade as crianças e adolescentes sofrem castigos escondidos.

Ricas, Donoso e Gresta (2006) confirmam a tese de que as crianças muitas vezes são violentadas pela questão cultural, dos costumes, principalmente, as do sexo feminino. Como exemplo, é citada a atitude que os pais têm, aqui no Brasil, de perfurar as orelhas do bebê recém-nascida para colocar brincos e parecer mais bonita para o desejo dos adultos, porém, por ela não ser consultada se quer sentir essa dor, pode-se interpretar como uma violação dos direitos da criança. Conseqüentemente, as autoras defendem que o homem é fruto do meio cultural em que ele se socializou e se referindo às crianças elas estão vinculadas aos valores culturais do grupo ao qual elas pertencem e ficam visíveis aos padrões e hábitos que são pré-estabelecidos pela família.

Já Dantas (2009) entende que o abuso sexual infantil além de violar o direito da criança no desenvolvimento sexual ideal, causa a violação de três outros direitos, que são: o respeito, a liberdade e a dignidade, que são consideradas o trio da proteção integral. O termo abuso considera-se como um comportamento inapropriado ao uso de um objeto, o aproveitamento de uma pessoa por parte de uma outra; e no caso do abuso sexual é bem assim, uma pessoa passiva (vítima) é usada por uma outra ativa (agressor) afim de obter o prazer sexual.

No caso do abuso sexual infantil caracteriza-se como uma “abordagem suave” por não exigir necessariamente o uso de força, ameaça ou coerção. Dantas (2009) defende ainda que todo abuso se manifesta pela questão de desigualdade entre o abusador e a vítima, na seguinte forma: a) a diferença de idade, por a sexualidade da criança ser diferente a de um adulto; b) a incapacidade de consentimento da criança, por esse motivo não é válida a sua concordância c)

a relação de dependência que a criança tem de um adulto. Esses são os três motivos que considera o abuso sexual infantil como uma relação de desigualdade.

Essa relação de desigualdade de poder para Faleiros (2004) tem várias interpretações de desigualdade:

Há desigualdade de tamanho, de força física, psicológica e social, de idade, de autoridade, de geração, de recursos materiais e de argumentação, de experiência de vida, de status social. Trata-se também de um poder violento, pois além de violar os direitos à integridade física e psicológica viola o direito ao desenvolvimento pleno e sadio. (FALEIROS, 2004, p.16).

Dantas (2019) cita ainda que acontece a violação de mais outros três direitos, que são: o direito ao respeito, a liberdade e a dignidade.

O direito ao respeito vai acarretar na concepção que o adulto tem que ter da diferença da sua sexualidade com a de uma criança, mantendo uma distância justa, respeitando assim o desenvolvimento sexual da criança. Os seus tipos de sexualidade são distintos, enquanto a do adulto se apresenta em forma de paixão, com domínio, desejando se apropriar do outro, a da criança aparece em forma de ternura. Destaca-se ainda que a capacidade de sentir prazer da criança não deve ser confundida com a sexualidade adulta, pois as crianças não atingiram a maturidade nem física, nem psicológica, para se relacionarem sexualmente com um adulto. Segundo Ferraris (2004):

[...] as crianças gostam de ser abraçadas, acariciadas, beijadas e estimuladas nas zonas íntimas do corpo, mas estas manifestações não adquiriram ainda a carga erótica que poderá ter depois. “Os hormônios desempenham um papel importante no desejo sexual, e a quantidade de hormônios presente no corpo de uma criança é decididamente inferior àquele presente no corpo de um jovem ou de um adulto”. (FERRARIS, 2004, p.26).

O direito à liberdade diz respeito ao fato que apenas o indivíduo completamente desenvolvido pode constituir a sua liberdade de uma forma perfeita, já a criança ainda em desenvolvimento não é capaz de ter a sua própria autodeterminação de poder escolher e se responsabilizar por suas escolhas. O que compromete essa liberdade para criança é o fato dela não ter ainda duas capacidades (do conhecimento e da vontade), esse desequilíbrio entre a falta de maturidade da criança e a autoridade do adulto é o impedimento à liberdade da criança.

O direito à dignidade vai tratar sobre o valor próprio do ser humano e quando acontece do indivíduo ser tratado como um objeto para atender aos desejos, vontades de outro estará tendo a sua dignidade violada. Dantas (2009) finaliza afirmando que todo abuso sexual infantil é um desrespeito, um atentado à liberdade e que a violação desses dois direitos caracteriza também na violação da dignidade sexual.

Faleiros (2010) considera a violência através do abuso sexual contra crianças e adolescentes como uma articulação de relações sociais gerais e específicas, de exploração e de forças desiguais nas circunstâncias existentes, ou seja, não sendo nada como se fosse do imaginário, decorrente de forças da natureza ou algo extranatural. Esse tipo de violência evidencia realmente uma relação de poder que é praticada por um adulto, ou até mesmo por uma pessoa que não seja adulto, porém mais forte que a vítima, num ato de apropriação e dominação sobre ela.

Ainda segundo Faleiros (2010) esse poder não vai se manifestar simplesmente pelo fato do adulto usar a força, mas também as artimanhas da sedução, do convencimento, do uso do imaginário, de uma maneira que a criança e/ou adolescente vá pensar ser uma pessoa especial, predileta para o abusador. Esse abuso do poder, da força que um adulto tem perante a vítima é considerada como uma imensa desestruturação de uma relação de poder legítimo pelo direito e diálogo, pela autoridade que um pai tem, por exemplo, perante o (a) filho (a), na tarefa de ensinar e passar conhecimentos. O poder legítimo é uma afirmação da repressão e do absolutismo, uma demonstração da relação de domínio sobre o outro e que está presente no ambiente familiar, como também em outras instituições como as escolas e igrejas.

Essa proteção do adulto, pai/parente é a desestruturação do poder simbólico, dos referenciais culturais da família como orientadora da identidade, civilização e ideias do relacionamento familiar. São nesses conjuntos culturais, imaginários e simbólicos que as crianças e adolescentes irão se inserir para o seu desenvolvimento, processos históricos que são produtos das relações sociais. Sobre a pobreza Faleiros (2010) enfatiza que não é ela que vai indicar a violência, mas, sim um conjunto acumulativo de precarização social, situações que deixam as crianças e os adolescentes desprovidas de uma proteção, de escola, de casa, até mesmo de comida. E que o abusador pode ser qualquer um, rico ou pobre, com um perfil geralmente de homem casado, com religião, empregado, com várias profissões, idade superior que a da vítima, reincidentes, com prioridades por meninas e a maioria dos casos próximos ou até mesmo parentes das vítimas.

Os três trabalhos científicos analisados contribuíram para demonstrar as origens e características da violência através do abuso sexual contra crianças e adolescentes. As autoras

Ricas, Donoso e Gresta (2006) nos trouxe que esse tipo de violência é uma questão cultural e de costumes, onde muitos dos casos ocorrem no âmbito intrafamiliar, no de Dantas (2009) cita que o abuso sexual infanto juvenil viola o direito da criança no seu desenvolvimento sexual ideal, juntamente com outros três direitos: O respeito, a liberdade e a dignidade, além disso, nos diz que esse tipo de violência caracteriza-se como uma “abordagem suave” onde o abusador não se utiliza necessariamente da força, mas, sim como cita Faleiros (2010) pelas artimanhas da sedução, pelo poder do convencimento, por fim a contribuição do trabalho de Faleiros (2010) que vai tratar a violência do abuso sexual contra crianças e adolescentes como uma articulação de relações sociais gerais e específicas, de exploração e de forças desiguais, ou seja, comprovando que se trata de uma relação de poder.

4.2 A atuação e condições de trabalho do profissional do Serviço Social diante dos casos de abuso sexual: o depoimento sem dano

Para este capítulo foram analisados dois trabalhos científicos com o intuito de conhecer a atuação e condições de trabalho do profissional do Serviço Social diante dos casos de abuso sexual. O primeiro com o título “**A atuação do Serviço Social frente ao abuso sexual infantil**” dos autores: FONTOURA, Mayara Thatyanne; PAULA, Mariana Chiarello; MARCELINO, Amanda Ferreira; SANTOS, Nicole Fernanda dos Anjos; PINHEIRO, Murilo Braga; SANTOS, Larissa Eduarda (2019). Orientadora: BENKENDORF, Eliane. E o segundo trabalho é de HOFFMEISTER, Marleci Venério (2012) com o título “**Tomada de depoimento de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual: desafios à intervenção profissional do assistente profissional na perspectiva da garantia de direitos**” que nos traz uma grande contribuição para compreender a função do assistente social na tomada do depoimento especial das crianças e/ou adolescentes, que de início era chamado do modo Depoimento Sem Dano (DSD) no campo do judiciário brasileiro.

De acordo com Fontoura et al (2019), “o trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pauta-se no atendimento psicossocial desenvolvido por uma equipe multiprofissional, que tem por objetivo interromper, atender, orientar e acompanhar a criança”. O trabalho multidisciplinar fortalece no intuito de prevenir, tendo diversos olhares diferentes, mas com uma mesma intenção que é a de proteger a criança.

Para garantir a proteção integral da criança e do adolescente que se encontra em situação ou risco de violência sexual utiliza-se um instrumento de garantia e defesa de direitos que se chama Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.

Segundo os autores “o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual oferece o serviço de enfrentamento à violência de ação continuada que está vinculado a proteção especial de média complexidade no que se refere à política de assistência social, que desempenha papéis como a proteção de famílias que já vivenciaram as violações de direitos, porém não é exclusiva dela, tendo a proteção básica seu papel também na prevenção de riscos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual foi aprovado em 12 de Julho de 2000, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) tornando-se uma referência, oferecendo uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual. O documento inicial foi estruturado em seis eixos:

- **Análise da Situação:** Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.
- **Mobilização e Articulação:** Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.
- **Defesa e Responsabilização:** Atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- **Atendimento:** Garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- **Prevenção:** Assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.
- **Protagonismo Infanto-juvenil:** Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos.

O profissional de Serviço Social ao receber um caso de abuso sexual contra a criança e adolescente deve primeiro manter contato com o responsável e não com a vítima, para evitar o que chamamos de revitimização. As condições de trabalho desses profissionais se tornam críticas por falta de recursos para que sejam realizados os projetos, programas e políticas; com pouco investimento e muitas demandas faz com que os profissionais atendam as demandas de uma maneira imediatista e com medidas paliativas; esses profissionais ainda sofrem por falta de um apoio estatal para cuidar da sua saúde mental, na concepção do cuidar

do cuidador tem trazido comprometimento a saúde mental do trabalhador, como a síndrome do pânico.

De acordo com o texto “o maior desafio do profissional de Serviço Social é superar suas limitações. Limitações estas que são postas em seus ambientes de trabalho; limitações que os impedem de garantir tudo que é expressado pelo Código de Ética, conforme a sua formação profissional; limitações que exigem reforçar medidas imediatas e paliativas; limitações postas de forma proposital pelo sistema para que a ordem capitalista seja mantida, indo então contra toda a militância presente em suas dimensões ético-políticas”. Já Iamamoto (2007) vai dizer que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Com as variadas expressões da questão social que vem surgindo desperta para a necessidade do profissional do Serviço Social no âmbito do judiciário, que pode contribuir, com sua competência teórica e técnica, para compreender os acontecimentos e enxergar novas possibilidades de intervenção nos casos de violência do abuso sexual infanto-juvenil, colaborando assim com o judiciário. É o que vai dizer Chuairi apud Hoffmeister (2001):

Com o objetivo de assessorar e subsidiar as decisões e procedimentos jurídicos em situações nas quais o conhecimento técnico científico é necessário [...] O Serviço Social aplicado ao contexto jurídico configura-se como uma área de trabalho especializado, que atua com as manifestações da questão social, em sua interseção com o Direito e a justiça na sociedade. (CHUAIRI apud HOFFMEISTER, 2001, p.136-137).

O (A) Assistente Social irá atuar como Técnico Facilitador no Depoimento Especial (DE) uma função que exige do técnico, paciência e empatia, para que possa ouvir a vítima e deixá-la confortável ao longo da audiência. Para iniciar, o técnico primeiro precisa analisar todo o processo para ter conhecimento dos fatos acontecidos, saber qual a ligação da vítima com o possível abusador e averiguar em que tipo de contexto aconteceu o abuso, para poder organizar um plano que possa interrogar a vítima na hora da audiência, de modo que não venha agravar o quadro da vítima. Para isso o profissional do Serviço Social possui instrumentos básicos que podem ser utilizados, como: a observação, documentos e entrevistas.

O Técnico Facilitador no dia da audiência irá receber a criança ou adolescente, junto com o seu responsável com uns 30 minutos antes de dar início à audiência, para que possa explicar e tirar dúvidas. Para evitar que a vítima possa se encontrar com o possível abusador, o Técnico a encaminhará para a sala especial, uma sala equipada onde será gravada a audiência, tranquilizando a vítima sobre quem estará presente no momento da audiência e dizendo que dentro dessa sala só estará o Técnico Facilitador e ela; explica para vítima e o seu responsável o significado desse Depoimento Especial, qual é o objetivo e para que servem os equipamentos que tem na sala. O técnico irá informar à vítima e ao responsável que tudo que for falado será gravado para ser anexado ao processo e que por meio da televisão que existe naquela sala será ouvido pelo juiz, promotor de justiça, advogados, funcionários do judiciário que estarão na sala de audiência. Iniciando a audiência pergunta-se a vítima se é de seu interesse que o suspeito fique na sala de audiência, assim que respondido o Técnico Facilitador começa a desenvolver uma conversa com a criança ou adolescente para citar casos que cercam o seu dia a dia, como também casos sobre o abuso que motivou o processo, sempre de um modo que deixe a vítima tranquila e com um vínculo de confiança.

O técnico ao finalizar a conversa (entrevista), vai aguardar o juiz abrir a audiência para perguntas, para saber se o Promotor de Justiça ou as partes envolvidas tem algo a perguntar que não ficou explicado, caso tenha fará através de um ponto eletrônico que o Técnico Facilitador porta, salientando que em momento algum a criança ou adolescente irá ouvir ou vê a movimentação da sala de audiência, não tendo mais nada desliga-se o sistema, o Técnico agradece pela colaboração da criança ou adolescente, fala também com o responsável que acompanhou e formaliza os encaminhamentos que forem precisos para a Rede de Atendimento ou outra instituição.

[...] substitui a audiência direta com o juiz, da criança ou adolescente vítima de violência, em especial quando vítima de abuso sexual, pela audiência indireta: o magistrado inquirir a criança, geralmente por meio de um assistente social ou psicólogo, que permanecem em outra sala, interligada à sala de audiências por aparelhos de áudio e vídeo. (FÁVERO, 2008, p.190).

É no sentido de evitar a revitimização, o constrangimento, a pressão para criança e adolescente que o poder judiciário está evitando da audiência direta com o juiz e se utilizando do modo antes chamado de (DSD) Depoimento Sem Dano. No entanto, o conjunto CFESS-CRESS reconhece que essa metodologia do Depoimento Sem Dano não é sem Dano, pelo fato de terminar revitimizando as crianças e adolescentes agredidos.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um documento “Reflexões ético-políticas sobre a metodologia “Depoimento Sem Dano” (DSD) junto a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual”. Onde se faz críticas a participação do assistente social nesse modo do Depoimento Sem Dano. Considera-se que essa metodologia pode configurar uma nova violência na questão emocional, pelo motivo dos sujeitos serem expostos apenas como uma testemunha, tendo como interesse a punição do suposto abusador, as crianças e adolescentes são abordados como objeto, apenas para se instituir como elemento concreto para produção de prova, contrariando dessa forma o seu direito à proteção integral.

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e do Código de Ética profissional não é competência e nem atribuição do (a) Assistente Social atuar na Inquirição Especial porque acaba assumindo um papel de intérprete da fala do (a) juiz (a), retirando assim a sua autonomia profissional, de poder elaborar as suas estratégias de intervenção, com finalidades e propósitos teóricos e ético-políticos que são construídos para responder às demandas postas ao Serviço Social.

Por esse motivo o conjunto CFESS-CRESS defende a não participação do assistente social nessa metodologia do Depoimento Sem Dano, que também irá retirar o foco dessa intervenção que deveria ser o direito à proteção integral dos usuários – crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual. Para os órgãos, a abordagem do Serviço Social voltada para a criança e adolescente deve ser para identificar os elos que foram rompidos na relação familiar e ver as possibilidades de proteção perante o Estado, para que esta criança ou adolescente possa num processo contínuo encontrar os caminhos de superação da violência.

4.3 Redes de atuação, apoio e proteção das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual

Nesta subseção vamos tratar sobre as redes de apoio e proteção às crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual, a partir de alguns questionamentos que direcionaram a leitura dos textos selecionados para a pesquisa bibliográfica: Qual a atuação dos assistentes sociais ao se deparar com os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes? Quais as redes de atuação eles podem encaminhar para dar todo suporte e amparo às vitima?

O texto base utilizado é: **“Centro de Referência Especializado de Assistência Social: apanhados teóricos sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil”** de Maria Luiza Pacheco e Bibiana Godoi Malgarim (2011).

A violência dentro da família faz parte de uma questão social de cunho expressivo, que perpassa indivíduos de diversas classes sociais, idades, credos e níveis de escolaridade, podendo acontecer com membros da família ou não, sendo eles, homens ou mulheres, com a finalidade de conseguirem satisfazer seus prazeres a todo custo. “O abuso sexual infantil intrafamiliar é um ato de violência praticado por pais, companheiros dos pais, parentes ou responsáveis que sustentam um vínculo afetivo de responsabilidade, confiança ou poder com a criança.” (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005 apud PACHECO e MALGARIM, 2011, p.02).

Maria Luiza Pacheco e Bibiana Godoi Malgarim apud Caminha (1999), ressalta que de todos os tipos de abusos, o sexual é o que provoca os piores prejuízos psicológicos para a vítima. O assistente social que se depara com casos de violência sexual infantil, em seu processo de atuação, deve ter o conhecimento para poder agir com rapidez para encaminhar a vítima para ter seu amparo, em curto prazo a fim de minimizar os prejuízos psicológicos as vitimas.

O abuso sexual contra crianças é um evento que sempre existiu na história da humanidade e os dados mais atuais da Organização Mundial da Saúde indicam que entre 7% a 36% das meninas e 3% a 29% dos meninos sofrem abuso sexual no mundo (OMS 2003). Em termos de Brasil, os dados epidemiológicos não são muito precisos e abrangentes, retratando mais informações locais e de amostras parciais. (Brino & Willians, p.02, 2003; Rodrigues, Brino & William, 2006).

Pacheco e Malgarim (2011) esclarecem que a violência sexual no âmbito familiar contra crianças e adolescentes são consideradas acontecimentos que precisam de atendimento em centros especializados em violência. Podendo haver a exigência que o governo, se mobilize na efetivação de serviços a fim de combater, prevenir e oferecer atendimento especializado aos

familiares e às vítimas envolvidas nesse relevante problema de saúde pública. Segundo grifos das autoras:

A intervenção nos centros de enfrentamento da violência como o CREAS pode ser presumida como sendo um movimento dinâmico que visa o trabalho coletivo cuja efetividade está ligada às ações conjuntas e compartilhadas como verdadeiras “teias sociais”, as quais sustentam trabalhos fundamentais que tendem contribuir com subsídios para a qualificação do serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Sobretudo, tendo em vista que as formas de enfrentamento estão para além dos serviços e programas sociais, são questões que não se resumem em âmbito local, pois estão disponíveis para toda a sociedade contemporânea. (Deslandes, 2004 Oliveira, 2004; Pedersen, 2010; Macedo, De Sousa, De Carvalho, Magalhães, De Sousa & Dimenstein, 2011 p. 03).

Contribuindo com esse pensamento, o trabalho em rede evidencia uma mudança de paradigma no entendimento das relações e dos fenômenos humanos. A rede de articulação socioassistencial desenvolve um padrão de organização das relações, contrapondo-se ao modelo hierárquico e individualizado por se caracterizar pelas relações horizontais não lineares e auto organizativas. (Maria Luiza Pacheco e Bibiana Godoi Malgarim 2011, Apud Dos Santos, Costa & Granjeiro, 2009, p. 03).

Essa rede de articulação será composta por: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria de Assistência Social, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Delegacias Especializadas, Rede de Educação, Serviço de Acolhimento, entre outros.

Sendo assim, a articulação em rede de proteção é de suma importância, pois possui o objetivo de coibir que novos casos de abusos sexuais infanto juvenis aconteçam. Segundo Pacheco e Malgarim apud Sanderson (2005) “A estratégia é a informação e o fortalecimento de laços familiares, pois, se houver uma organização familiar de natureza saudável, é possível prevenir que situações como essas, sejam instauradas, até mesmo pelo fato da criança conseguir recorrer a recursos internos a fim de solucionar o problema”.

Sabemos que o abuso sexual infantil é um tema muito presente na nossa atualidade, que provoca não somente os (as) profissionais que atuam com o intuito da garantia dos direitos das crianças, mas também o Estado, a sociedade e a família das vítimas, que enfrentam desafios devido à dificuldade em existir um levantamento adequado sobre os casos de abuso sexual infantil. Sabendo disso, Pacheco e Malgarim apud Azevedo e Guerra (2009) definem o trabalho de rede como a interligação de núcleos multidisciplinares voltados para os

direitos das crianças, viabilizando para que o trabalho possa ser articulado no que tange ao atendimento, capacitação e prevenção desses casos de violência no seio familiar. Este trabalho de atendimento estaria conectado à assistência prestada às vítimas, onde seria ofertada uma escuta qualificada, onde fosse possível entender sua demanda, atribuindo credibilidade às vítimas, independente se futuramente fosse descoberto que os fatos relatados não tenham acontecido como a mesma descreveu.

A intervenção é um trabalho que necessita de uma capacitação profissional que atuam nessa necessidade, onde os (as) assistentes sociais devem ser capacitados (as) para avaliar tal risco e gravidade da situação para a criança, observando se o risco é eminente para a vítima, pois, havendo uma avaliação errada do caso, poderá ocasionar complicações graves para as crianças. Sendo assim, o trabalho monitorado das vitima devem ser estendidos aos familiares, comunidades e todas as instituições que tenham acesso ao público infante juvenil.

Pacheco e Malgarim (2011), apud Sei e Da Motta, Pinto Jr e Tardivo (2008), destacam a importância do trabalho psicoterapêutico em casos de abuso sexual infantil ser extensivo às famílias disfuncionais em razão da confusão de papéis, da dificuldade de comunicação e, de acordo com isso, ressaltam que além dos trabalhos em grupo, em muitos casos, é mais aconselhável à psicoterapia individual, posto que ofereça um espaço de superação da resistência com a finalidade de elaboração da vivência. Nessa perspectiva, a terapia individual respeita o ritmo do paciente, impondo limites, pensando a partir da subjetividade, a coletividade. Segundo dados pertencentes no guia de orientação do CREAS (BRASIL, 2005):

Diante da complexidade da problemática, o atendimento multidisciplinar no CREAS às vítimas e às suas famílias é sistematizado da seguinte forma: entrevistas de acolhimento para avaliação inicial, atendimento em grupo, atendimento individual, como também são prestados outros tipos de serviços como o acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados. Ainda, são feitas visitas domiciliares, ações de sensibilização, mobilização para o enfrentamento da violação de direitos, capacitação da rede de atendimento, psicoterapia individual, atendimento jurídico. (Pacheco e Malgarim 2011, apud Brasil, 2005; Pedersen, 2010, p. 04).

O Guia de Orientação do CREAS (Brasil, 2005), nos mostra que: o atendimento psicossocial e jurídico deve utilizar-se de procedimentos individuais e grupais, mas, sobretudo, precisa seguir algumas normativas, tais como: proteger a criança e sempre acreditar em sua palavra; identificar o fenômeno e avaliar a gravidade do caso e a probabilidade de risco; e observar quais as atenções específicas que devem ser conduzidas em

caso de opressão e abuso sexual impostos pelos pais e/ou responsáveis, pois nesses casos, como determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 130 precisa informar obrigatoriamente às autoridades judiciais como medida cautelar (urgente e necessária) o afastamento do autor do abuso sexual da moradia comum, sem causar tantos prejuízos à vítima. A notificação nessas situações abusivas é amplamente importante porque produz benefícios singulares, tendo relevância epidemiológica de controle da violência, pois é a partir desses dados que podem ser desenvolvidas ações de prevenção, intervenção, bem como a consolidação e qualificação da rede que se organiza através do mapeamento dos casos identificados. Pacheco e Malgarim (2011) apud (Habigzang, et.al., 2006; Azevedo & Guerra, p.04, 2009).

Sendo assim, concluímos que afastar a vítima do agressor é de suma importância, tendo o cuidado, pois se a criança precisar ser afastada do ambiente familiar, poderá entender que esse afastamento foi ocasionado como punição pelo devido acontecimento e acabará desenvolvendo outros problemas ocasionados por tal decisão.

As autoras nos mostram que tal afastamento fará a criança se sentir responsável pelo abuso ocorrido. Todavia, a medida mais coerente nesse caso seria o afastamento do agressor da casa e o encaminhamento dele, da criança e dos cuidadores não abusivos para tratamento psicológico. “Com esse procedimento reduziria os impactos negativos que o abuso sexual isoladamente traz, mas também poderia viabilizar formas dessa família se reorganizar e ressignificar a experiência abusiva, tal procedimento irá corroborar com as prerrogativas antevistas pelo CREAS.” Pacheco e Malgarim apud De Antoni & Koller, p. 05, (2000).

Por isso que o trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar que é composta por Assistente Social, Psicólogo e outros profissionais, que fazem parte do CREAS, deve possuir empenho e dedicação a fim de implementar procedimentos e técnicas especializados que tenham como objetivo, buscar condições afim de fortalecer a auto estima e identidade da criança e do adolescente e de suas famílias. Este trabalho ressalta a possibilidade de fomentar a construção da vida das vítimas, tendo como foco, reconstruir vínculos familiares dilacerados pelo abuso sexual.

Sendo assim, concluímos que o CREAS é uma rede de apoio e proteção à criança, dedicada, que tem o papel fundamental para lidar com o abuso sexual infanto juvenil na família.

Em sua pesquisa “Circuitos e curtos-circuitos” de Faleiros e Faleiros (2001), a busca de provas deve levar em conta que o crime de abuso sexual não deixa marcas sempre visíveis, e quando existem, são fugazes. Portanto, a família deve abordar o potencial de reestruturação

da proteção, identificando relacionamentos positivos que efetivamente protejam as crianças. Segundo Pacheco e Malgarim apud Faleiros (2001), a atuação da família e da rede implicam três dimensões às quais nos referimos:

[...] o atendimento, a responsabilização e a defesa. A pessoa vitimizada precisa de atendimento para enfrentar o trauma, com acesso a profissionais competentes e capazes de deslindar a questão numa perspectiva evolutiva e emancipatória, seja com a redução dos danos seja com a redução dos riscos. Danos e riscos se conjugam num processo complexo, pois é preciso diminuir riscos que implicam a ausência ou distância do abusador, como também mudanças objetivas no convívio familiar e em suas condições de vida. (FALEIROS, 2001, p.75).

O cuidado e a proteção com as crianças e adolescentes são, portanto, os agentes essenciais para reverterem esse tipo de violência. Essa responsabilização é o meio correto de investigar e de denunciar, levando a justiça, para que possa condenar e punir os infratores. Onde o criminoso é responsabilizado pelos delitos cometidos.

As ações contra o abusador são de natureza privada, exceto se quando as vítimas forem pobres (sem poder arcar com as despesas do processo sem ferir a subsistência), o autor do delito for o pai, padrasto, tutor ou curador da vítima, ou ainda quando a vítima sofra lesão corporal ou morra. (Nagib Eluf, in Folha de São Paulo, 2002, p. A-3).

Segundo Faleiros:

No circuito do atendimento temos a presença de instituições executoras das políticas sociais: saúde, educação, assistência, trabalho, cultura, lazer, profissionalização, serviços e programas de proteção especial, bem como as ONGs que atuam nessas áreas. Essas políticas precisam estar articuladas, trabalhando em rede, com eficiência, com profissionais disponíveis. As políticas de apoio à revelação, de abrigo, de cuidados, de prevenção, de informação, de aconselhamento precisam estar, pelo menos, integradas. Pensar além da integração implica a construção social de redes efetivas, com responsabilidades, recursos e poderes compartilhados que se constroem através de um pacto de estratégias públicas ao invés do pacto do silêncio da violência. No circuito da responsabilização, temos as Delegacias, o Instituto Médico Legal, as Varas da Justiça e o Ministério Público, órgãos responsáveis pela investigação, pela prisão, pelo julgamento, controle, execução e sanção do abusador. (FALEIROS, 2001, p 77).

Precisamos quebrar a fenda desses dois circuitos citados acima: o circuito de serviço e o circuito de responsabilidade deverão avançar com passos concretos e progressivos a fim de adquirir avanços significativos sobre essa causa. Faleiros (2001) exemplifica, que tal questionamento sobre o tema abuso sexual infanto juvenil, deveria estar presente em todos os órgãos e organizações, como a saúde, assistência, educação, polícia e justiça, como forma de mobilização de todos, a fim de se tornar uma saída para proteção das crianças e adolescentes. Essa articulação do sistema operacional de assistência, assistência médica e polícia pode ser aprofundada no curto prazo e ampliada com discussões regulares. Segundo Faleiros:

Na rede de defesa, os conselhos tutelares são instrumentos fundamentais para se poder zelar pelos direitos da criança. São os olhos e a potencialização da voz das próprias crianças e das denúncias para enfrentamento da trama, do drama e do trauma. As instituições e os profissionais precisam olhar a questão da violência sexual, essa trama, esse drama, esse trauma enquanto fluxo e enquanto rede e não enquanto normas burocráticas para se trabalhar além da interdisciplinaridade, ou seja, em rede e processualmente. (FALEIROS, 2002, p 77).

Concluimos que entre o pensamento e a ação, sustentados na defesa dos direitos humanos, e presente nas questões relacionadas à violência sexual infantil, e a famílias das vítimas, devem se articular estrategicamente com a finalidade de combater os casos de abuso sexual, com o objetivo de intervenção, assim como o movimento integrado de responsabilidade, defesa dos direitos, cuidado e prevenção para que as crianças e adolescentes venham ter sua sexualidade no período certo de forma segura e resguardada e com proteção.

4.4 Poder familiar, família patriarcal e o poder do macho

Nesta subseção, iremos demonstrar a partir das contribuições do texto “**Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: trama, drama e trauma**”, do autor Vicente de Paula Faleiros (2005), que o abuso sexual de crianças e adolescentes está articulado ao drama pela situação vivenciada pelas vítimas e aos traumas que cada situação de abuso sexual pode causar às vítimas e aos seus familiares, e aos fatores que possam levar a sua superação. Segundo Faleiros destaca que não podemos deixar de falar do abuso sexual infantil sem citar a família das vítimas, que vem passando por variações na atualidade em que se insere e em seu processo histórico. Segundo Faleiros (2005), de acordo com uma visão dominante, a família

tem por funções sociais, como processo dinâmico e não como um funcionalismo abstrato: a reprodução, a socialização, a internalização de valores, a educação e o desenvolvimento de seus membros. Tais processos são caracterizados por básicos e compõem a família universal, que possuem várias formas e modelos de organização em todo seu processo histórico. Assim, “a família inscreve-se na história de cada povo, de cada cultura, como uma relação não só de reprodução da espécie e do indivíduo, mas também como agente articulador cultural e de socialização”. (FALEIROS, 2005, p.65 e 66).

Herdamos no nosso ambiente familiar, a internalização de valores, a socialização, a reprodução e através deles, construímos nossa história social e familiar. Esse processo familiar possui contradição e na maioria das vezes irá se tornar violentas e cheias de conflitos. Faleiros apud Didier-Weil afirma que ela é o “teatro de uma tragédia, da qual cada um de nós é um ator seja como dominante ou dominado, assassino ou vítima” (DIDIER-WEILL, 1997, p. 17). E por possuir contradição, a família acaba se tornando o centro de realização de poder, que por sua vez, se articula na sociedade patriarcal, onde existem diversas disputas de interesses, por vários fatores, como as relações familiares, por nome, por lugar, onde a psicanálise irá caracterizar por Complexo de Édipo e também do pensamento econômico e social, onde acontecem brigas por heranças e por reconhecimento familiar. Para podermos compreender a relação de poder familiar, as relações de gênero precisam ser consideradas, ou seja, através das quais o pai possui um papel de provedor, do membro mais forte da família onde possui a função de sustentar a casa e a mulher possui apenas o papel de cuidar da casa e ser responsável pelas atividades domésticas. Faleiros (2002) diz que:

O questionamento desses papéis sociais internalizados também gera conflitos. O poder de “chefe” se exerce no domínio do outro, na submissão e no uso (abuso) do outro como servo, como objeto de prazer, como mandado, em relações que são consideradas “naturais” ou eternas. O questionamento do chefe é visto como desordem, rebelião, desobediência frente à qual se reforça a ameaça, a força, o castigo e principalmente a culpabilização e a punição. É a violência da manutenção da ordem. (FALEIROS, 2002, p 66).

Com tudo, concluímos que a família, apesar de ser um lugar onde aprendemos a viver em sociedade, não é um ambiente calmo, como tenta demonstrar em festas e comemorações de eventos festivos, que tentam camuflar problemas, demonstrando alegria, não é o ambiente tranquilo de se viver. Segundo o autor:

A família tem sido considerada secularmente pela sociedade como o espaço doméstico, em oposição ao espaço público. Esse espaço doméstico, o **oikos**

em grego, o **domus**, ninho ou casa, tenda ou propriedade em latim, é, no imaginário e nas práticas sociais, o lugar das relações privadas, em oposição ao espaço público, lugar das relações da **ágora**, da cidade, da polis. Em Roma a família (no sentido clássico) compreendia também os servos que viviam sob o mesmo teto, sem que houvesse laços de sangue. (FALEIROS, 2002, p 66).

Faleiros (2002) destaca que o poder dentro da família, em geral, é centrado no chefe adulto e masculino. É tradição, em muitas culturas, que o poder dominante na família seja o do homem, o do provedor e também senhor e objeto de reverência (“com farinha pouca, meu pirão primeiro”, diz o ditado). Todos sabem que na história de Esparta esse chefe tinha até o poder de eliminar aqueles que ele considerava incapazes de viver naquele círculo. (FALEIROS, 2002, p 67).

Tal poder familiar é exercido como poder privado e doméstico por um longo período, onde o público não poderia intervir nessa esfera doméstica/privada, que é enfatizada pelo liberalismo e pela liberdade individual. Antigamente, esse poder era enfatizado pela figura do rei, que possuía muitas vantagens sobre as famílias, onde poderia desfazê-las, separá-las e desmembrar os membros dela e tinha a liberdade de usar as mulheres. Tais privilégios eram apenas para uma parte limitadas e para os senhores feudais, onde durou até a Revolução Burguesa. Essa estrutura patriarcal, onde é conhecida no Direito Civil, a autoridade dos adultos sobre as crianças e a autoridade dos homens sobre as mulheres era considerada sagrada e cruel. Faleiros (2002) nos mostra que a família é denominada como um ser social, econômica e culturalmente hierarquizada, e é impossível compreender a violência intrafamiliar sem compreender os diferentes aspectos em que a família possui, sendo eles: conflitos de interesse, cultura, poder sexual e a esfera doméstica da família. Nesse contexto, podemos situar a violência intrafamiliar e suas manifestações complexas e variadas.

Sobre as alterações que a família vem passando, afetam diretamente na sua organização interna e se estabelecem em torno de um modelo implantado, onde permite que algum membro possa desempenhar o papel de governante. Segundo Faleiros (2002):

A questão da violência sexual implica a consideração do contexto acima configurado e, ao mesmo tempo, a questão da sexualidade. Esta não se restringe, nas relações sociais, à dimensão reprodutiva. A reprodução humana é apenas uma das dimensões da sexualidade, que envolve o prazer, a relação de sedução, os valores, o consumismo e o desejo ou libido. Na manifestação da violência sexual estão implicadas tanto as dimensões do poder intrafamiliar, do contexto

social e cultural como a dimensão do (ab) uso ou manifestação da sexualidade humana nessas relações. (FALEIROS, 2002, p. 68).

Podemos observar que nos casos relatados de violência sexual, o autoritarismo é predominante em todas as situações. A autoridade para com a criança é imposta em forma de ameaça, da força física e o uso do poder para com o outro, a fim de conseguir satisfazer seu prazer. Assim, observamos que os relacionamentos abusivos, provocam consequências, que acabam traumatizando as vítimas, esse trauma aparece como o sentimento de auto perda, que é manifestado como consequências físicas e mentais, onde acaba consequentemente rompendo as relações sociais.

Heleieth Saffioti (1987) apud Faleiros (2002) destaca que a violência sexual é demonstrada pelo poder do macho. Esse poder, como vimos, é o maior poder exercido dentro do contexto familiar e se exerce sobre o corpo e a psique da criança. Esta é submetida, pois não tem escolha, ao poder/prazer do mais forte e ao segredo sobre esta relação. O relacionamento de uma mãe com um pai ou padrasto abusador, se torna um relacionamento que a deixa com um papel dividido, pois muitas vezes acaba se tornando cúmplices dos agressores, visando à busca pela sobrevivência, na maioria dos casos, os abusadores serem os provedores da família. Segundo Faleiros 2002:

Até mesmo juízes e promotores têm dificuldade em condenar o abusador sexual porque ele representa o papel de provedor da família, cuja prisão também priva a família de sustento. Ao mesmo tempo em que as mães, muitas vezes, se tornam cúmplices, são também, por outro lado, de acordo com as pesquisas, denunciantes do abuso sexual. (FALEIROS, 2002, p. 8).

Nesse processo de revelação, mistérios são desvendados e conspirações são trazidas à tona, o agressor por sua vez, é exposto e acaba ficando sem autoridade moral, mesmo que sempre negue que tenha praticado o abuso. Esse processo é bastante complexo e muito importante, pois é o momento crucial para combater o abuso e desfazer a violência ilícita, que acontece em segredo de forma ameaçadora. Se tratando reparação relativa aos abusos sexuais, Deltaglia (1995) apud Faleiros (2002) considera que é necessário levar em conta as necessidades e o atendimento ao trauma da vítima. Nesse processo é de suma importância ainda considerar os direitos fundamentais e sociais que a vítima possuía. Os responsáveis devem responder pelos erros cometidos e atuarem sob intervenção judicial e profissional. Madanes (1997) apud Faleiros (2002) também acentua a possibilidade de reparação,

principalmente, através do uso da mediação do terapeuta para o arrependimento do abusador. Segundo Faleiros (2002):

A saída dessa relação de violência é muito complexa, passa pela sua revelação no interior da família, para desfazer-se a trama, explicitar o drama e curar o trauma. Junto à família dividida vai ser necessário trabalhar-se, profissionalmente, esta mesma divisão que se manifesta no interior da família, uns sendo a favor, outros contra a revelação, outros indiferentes e com medo de explicitá-la, com medo do agressor. (FALEIROS, 2002, p, 74).

Ao desvendar o drama, deve-se ter cuidado para não reativar as memórias que as traumatizaram, a culpabilidade e sofrimento de ter passado pelo abuso. O testemunho das vítimas não deve apenas ser respeitado, mas deve ser mantido o mais privado possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas sobre o objetivo do trabalho, percebe-se que apesar dos avanços para proteção a crianças e adolescentes, precisa-se ainda de mais investimentos por parte do Estado, para que possa fortalecer o trabalho dos Assistentes Sociais e toda equipe multidisciplinar, dentro da Rede de Proteção Social.

Nas pesquisas analisadas mostraram que a violência através do abuso sexual infanto juvenil pode acontecer em qualquer tipo de classe social, na maioria dos casos a violência acontece dentro do âmbito intrafamiliar, quebrando assim o pensamento que a criança e o adolescente estarão seguros dentro de sua própria família. Os estudos comprovam que quando isso acontece, as vítimas por estarem em um desenvolvimento, onde precisa de um apoio familiar, sofrem com os efeitos nas áreas, emocional, física e psicológica, por se sentirem desamparadas porque o local que deveria dar apoio e proteção é onde acontecem as violações dos seus direitos.

A violência sexual através do abuso sexual infanto juvenil, é fruto de uma articulação das relações sociais, da exploração e das forças desiguais em suas circunstâncias. Esse tipo de violência é demonstrado através de uma relação de poder, que é praticada por um adulto ou uma pessoa mais forte que a vítima, através de um ato de dominação sobre ela. Essa relação de poder será apresentada pelo agressor, por um conjunto de estratégias, com a finalidade de convencer a criança que ela venha ser uma pessoa importante na vida do abusador.

É de suma importância destacar que o assistente social, por meio de suas atribuições, deverá visar o enfrentamento de qualquer tipo de violação de direitos, estando capacitado para poder atuar dentro dos parâmetros teóricos, com o intuito de observar a realidade de forma mais totalizante, utilizando-se das suas dimensões, teórico metodológico, técnica operativo e ético política.

Destacamos que as condições de trabalho dos profissionais nos espaços ocupacionais se tornam críticas devido à escassez de recursos para realização de políticas públicas. Por falta desse investimento, os profissionais atendem as demandas de uma maneira imediatista e com medidas paliativas. Os profissionais acabam sofrendo ainda por falta de um apoio estatal para cuidar de sua saúde mental, devido às precariedades na sua atuação profissional, os Assistentes Sociais precisam de um suporte por parte do Estado, para cuidar de sua saúde mental, que na maioria das vezes é colocada em risco para atender o usuário.

Para garantir a proteção social, a assistência social que está inserida dentro do sistema único de assistência social (SUAS), é composta pela proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE). A proteção social especial é dividida em média complexidade e alta complexidade. Os serviços da alta complexidade irão garantir proteção integral ao indivíduo e a família que se encontra em uma situação de ameaça, sendo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o seu equipamento de apoio.

Os Assistentes Sociais utilizam-se da instrumentalidade para alcançar seus objetivos profissionais, atendendo as demandas e possibilitando o acesso da população aos serviços e benefícios. A entrevista é o instrumento mais utilizado pelo assistente social, por estar presente em seu cotidiano, além dela, são utilizadas a abordagem individual ou em grupo, diário de campo, ou livro de registro, visita domiciliar, estudo social, parecer social. Destacamos que a escuta qualificada, por ser um conhecimento especializado é de suma importância, pois através dela, podemos denunciar e garantir o que está escrito no ECA, identificando situações de violação de direitos que as crianças e adolescentes possam estar enfrentando em seu ciclo familiar. É através desses instrumentos que o Assistente Social transforma a sociedade. Salientamos que para os profissionais terem um bom êxito na sua atuação profissional, deverá investir numa capacitação continuada, a fim de manusear de forma correta seus instrumentos de trabalho.

É a rede socioassistencial que articula para que as vítimas e seus familiares tenham acesso aos direitos socioassistenciais e a rede de proteção social. O CREAS é o principal equipamento que vai articular com os outros órgãos na luta pela garantia de direitos, inclusão e proteção para as crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual. Para facilitar aos usuários que precisam acessar esses serviços programas e benefícios, o CREAS trabalha articulado com o CRAS, o que é conhecido como referência e contra referência. É necessário que o Assistente social possa investir numa qualificação continuada e possua uma postura investigativa, para que possa atuar de forma consciente se tratando da violação de direitos. É de suma importância que o assistente social trabalhe em parceria com a equipe multidisciplinar que trabalhem com a questão da violência contra crianças e adolescentes, com a finalidade de enriquecer a rede de proteção que atua nessa área. Destacamos a necessidade de se debater mais sobre o tema nos ambientes familiares, escolar e na comunidade em que as crianças convivem, a fim de instruí-las a se protegerem do perigo relacionado a este assunto.

Concluimos este trabalho, com a consciência de que se tratando da violência sexual infante juvenil, há muito que se dizer sobre as formas de atuação profissional, não se

resumindo apenas no que foi demonstrado nesta pesquisa, havendo uma necessidade dos profissionais que atuam em seu ambiente sociocupacional debaterem mais sobre sua atualidade e que tenham o comprometimento de encaminharem suas demandas para as instituições responsáveis por fiscalizarem a prática profissional, que estejam sempre atualizados com o tema que é presente na atualidade e possam atuar em conjunto, a fim de buscarem solucionar suas demandas que fazem parte do seu cotidiano e que possam contribuir com debates no ambiente acadêmico pelos novos profissionais.

Mesmo possuindo um marco legal e regulamentações que fortalecem a política pública os profissionais na sua prática profissional ainda precisam enfrentar situações assistencialistas e de interesses políticos que acontecem dentro das gestões, como também, realizar atendimento aos usuários com condições mínimas, devido à falta de recursos humanos, físicos e financeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Rio De Janeiro, 1996.

ASSIS, Simone G. de. **Crianças e Adolescentes Violentados: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro**. Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro. 1994. Disponível em: www.scielo.br/j/csp/a/s5VZKBqvny9TWsJv5dppty/

AZEVEDO M. A; GUERRA V. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um Cenário em Desconstrução**. UNICEF, 2005.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N de A. **Políticas sociais e a violência contra crianças e adolescentes: o panorama nacional**. In M. A. Azevedo & V. N. Guerra (Orgs.). *Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento*, (pp. 292-318). São Paulo: Cortez, 2009.

Brasil (2005). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Assistência Social. Guia de Orientação Técnica-SUAS - n° 1**. Proteção Básica de Assistência Social. Brasília. [On-line]. Disponível em: <<http://www.recria.org.br/quemcompoe/governamentais/fas/guia>>. Acesso em: 02 de outubro de 2011.

CAMINHA, R. M. (1999). **A violência e seus danos à criança e ao adolescente**. In Amencar (Org.).

BEZERRA, Márcia Mônica de Souza. **Abuso Sexual Infantil – Criança X Abuso Sexual**. O Portal dos Psicólogos. Faculdade Metropolitana da Grande Recife. Brasil. Recife. 2006. Disponível em: www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0299&area=d11.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União, 16.7.1990. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social. Brasília, 2013.

BRASIL. Orientações Técnicas: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL. **Norma Operacional Básica. Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. **Direitos Humanos De Crianças E Adolescentes: 20 Anos Do Estatuto**. SecretariaDe Direitos Humanos. Brasília, Dezembro de 2010.

CUNHA, M.L.C. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Cartilha Maio Laranja, 2021. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf/view.

GRESS-SE. **O Assistente Social**. Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional-Cofi-CFESS. Disponível em http://site.cress-se.org.br/?page_id=139 acesso 25 fev. 2017.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. - 10. Ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de ServiçoSocial, 2012.

CHUAIRI, Sílvia Helena. **Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares**. In. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez Editora, n. 67, p.124-44, 2001.

CUNHA, M.L.C. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Cartilha Maio Laranja, 2021.

DELTAGLIA, L. **La Réparation des Abus Sexuels**, in CASTRO, D. (sous la direction), *Incestes*. Paris, L'Esprit du Temps, 1995, p. 351-357.

DIDIER-WEILL, A. Caïn, l'homme furieux. In: DANZIGER, C. *Violences des familles*. Paris, Autrement, 1997, p.17-21 FALEIROS, E. T. S. (2000) *Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes*. MJ/DCA/UNICEF/VISÃO MUNDIAL/CECRIA. Brasília.

DIGIÁCOMO, Murillo José, 1968- **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado** / Murillo José Digiácomo e Ildeara Amorim Digiácomo. Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2020. 8ª Edição.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: edição eletrônica, 2007.

FALEIROS, E.T.S. **Aspectos Relevantes na Definição de Abuso Sexual**. In: OLIVEIRA, A.C (org.). **Abuso Sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. 2.ed. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. P. 13-19.

FALEIROS V. P.; FALEIROS E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Brasília: MC/UNESCO, 2007.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. T. S. **Circuito e curtos-circuitos. Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes.** São Paulo, Veras Editora, 2001.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1997.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Parecer Técnico. Metodologia “**Depoimento sem dano**”, ou “**Depoimento com Redução de Danos**”. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 95, 2008, p. 190-202.

FERRARIS, Anna O. & GRAZIOSI, Bárbara. **Qué es la pedofilia?** Barcelona: Paidós, 2004.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos.** UFJF/ Juiz de Fora, 2012. p. 39-65.

HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H; MACHADO, P. X. **Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (3), 2006, p. 379-386.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São o, Cortez, 2006.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

Organização Mundial da Saúde. (2003). **Diretrizes para atendimento médico-legal a vítimas de violência sexual.** Organização Mundial da saúde. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42788>.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **Atribuições Privativas do Assistente Social em Questão.** CFESS. 2012.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia.** São Paulo: MBooks, 2005.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Disponível em:
http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf

RIZZINI, Irene. **25 anos do ECA: avanços e desafios**. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI, 2015.

APENDICES

<p>AUTORAS: Janete Ricas; Miguir Terezinha Vieccelli Donoso; Mona Lisa Maria Gresta</p>
<p>TITULO: A Violência Na Infância Como Uma Questão Cultural</p>
<p>RESUMO: Este texto discorre sobre como os diferentes padrões culturais e os costumes que vigoram em épocas variadas impõem às crianças realidades nem sempre justas. As autoras consideram que o modelo de família é construído socialmente, a partir de determinadas crenças, que resultam em algumas situações que podem ser caracterizadas como violência. Por fim, sugerem que a cultura deva ser partilhada em consonância com os diversos atores sociais e não, ser preservada de forma arbitrária.</p>
<p>REFERÊNCIA: Mar-2006. https://www.scielo.br/j/tce/a/m4LN5G9kvr5sZ9kPNKLpCxb/?lang=pt</p>

<p>AUTORA: Leda Dantas</p>
<p>TITULO: O Abuso Sexual E Os Direitos Da Criança: Respeito, Liberdade E Dignidade</p>
<p>RESUMO: O artigo procura mostrar como o abuso sexual infantil, ao violar o direito da criança ao desenvolvimento sexual adequado, implica a violação de três outros direitos- o respeito, a liberdade, e a dignidade (a trilogia da proteção integral), e as consequências advindas para a construção da subjetividade autônoma.</p>
<p>REFERÊNCIA: 2009, vol.9 https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/691/645</p>

AUTOR: Vicente de Paula Faleiros
TITULO: A Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes E A Construção De Indicadores: A Crítica Do Poder, Da Desigualdade E Do Imaginário
RESUMO: O artigo trata da violência intrafamiliar e sexual contra crianças e adolescentes e procura contribuir para a construção de indicadores sociais para o estudo e compreensão desse fenômeno.
REFERÊNCIA: Mar-2010. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9091/1/ARTIGO_ViolenciaSexualContraCrianças.PDF

AUTORES: Mayara Thatyanne Fontoura, Mariana Chiarello De Paula, Amanda Ferreira Marcelino, Nicole Fernanda dos Anjos Santos, Murilo Braga Pinheiro, Larissa Eduarda dos Santos
TITULO: A Atuação Do Serviço Social Frente Ao Abuso Sexual Infantil
RESUMO: A proposta do presente artigo é voltar o olhar para a prática profissional do assistente social inserido na assistência social, frente à demanda específica de crianças vítimas de abuso sexual, considerando os antagonismos que compõem a sua atuação nesse setor, analisando as potencialidades e limitações de forma crítica, a fim de dar contribuições sólidas acerca do tema.
REFERÊNCIA: Nov-2019. https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2019/trabalho-1000004536.pdf

AUTORA: Marleci Venério Hoffmeister
TITULO: Tomada De Depoimento Especial De Crianças E Adolescentes Em Situação De Abuso Sexual: Desafios À Intervenção Profissional
RESUMO: A presente dissertação propôs-se a conhecer como vem se constituindo o trabalho do assistente social junto à tomada de depoimento especial de crianças/adolescentes vítimas de violência sexual, aplicado no Poder Judiciário brasileiro, bem como as percepções dos atores sociais envolvidos neste processo. Apresentou como objetivos específicos: (a) Identificar como os assistentes sociais, quando da realização do Depoimento Especial, percebem a articulação desta atividade com os fundamentos teórico metodológicos, ético-políticos e técnicos operativos da profissão; (b) Verificar como as crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual e ouvidas pelo Depoimento.
REFERÊNCIA: 2012. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5131/1/000437324-Texto%2bCompleto-0.pdf

AUTORAS: Maria Luiza Pacheco, Bibiana Godoi Malgarim
TITULO: Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados Teóricos sobre uma Rede Especial de Apoio e Proteção em casos de Abuso Sexual Infantil.
RESUMO: O abuso sexual intrafamiliar é um grave problema de saúde pública que desorganiza diversos âmbitos da vida das pessoas envolvidas nesse tipo de violência. Diante dessa realidade intervenções de serviços especializados, como o CREAS, são fundamentais na articulação de uma rede de apoio e proteção a qual assegure o direito às vítimas de abuso sexual e de suas famílias de reordenar os vínculos familiares e sociais desfeitos por tal vivência danosa. O artigo tem como objetivo explicar, através de uma revisão da literatura nacional disponível em bancos de artigos virtuais ou não, sobre o funcionamento do CREAS. Tal centro tem como finalidade reordenar vínculos, buscar a representação e partilha da angústia dos

conteúdos destrutivos, bem como proporcionar condições concretas de enfrentamento. Dessa forma a proposta é no sentido de auxiliar na reflexão sobre a implementação desses órgãos de proteção, aspectos teóricos e algumas sinalizações sobre a prática atual desses serviços, entendendo que muito já foi realizado, mas ainda persiste a necessidade de expansão e qualificação de ações no combate a violência.

REFERÊNCIA:

V. 3, N. 2 (2011). Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/133/110>

AUTOR:

Vicente de Paula Faleiros

TÍTULO:

Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma.

RESUMO:

Neste texto é abordada a questão do abuso sexual de crianças e adolescentes tanto como uma relação complexa de violência, segredo e cumplicidade intrafamiliar como uma relação social inserida no imaginário social como trama de relações, drama social e trauma para os vitimizados. O artigo aponta também para a superação dessa violência, propugnando por um paradigma de pensamento e ação de pensamento e ação fundados na defesa dos direitos humanos, na apreensão da complexidade da questão da violência sexual e da sexualidade, na mudança das dinâmicas familiares e de seu contexto, e na construção de redes sociais.

REFERÊNCIA:

JAN-2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8636441>

